



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

XI LEGISLATURA (2018-2022)

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 19 DE DEZEMBRO DE 2018

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Delfim Neves

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Arlindo Barbosa

Elákcio da Marta

Adilson Managem

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 10 minutos.

Ordem do Dia. — Procedeu-se ao debate sobre o Estado da Nação, requerido pelo Governo.

Após a intervenção de abertura, o Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo (Jorge Bom Jesus) fez o balanço das acções do Governo cessante e respondeu às questões dos Srs. Deputados.

No debate, fizeram uso da palavra, a diverso título, além dos Srs. Ministros do Planeamento, Finanças e Economia Azul (Osvaldo Vaz), das Obras Públicas Infra-estruturas Recursos Naturais e Ambiente (Osvaldo Abreu), da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares (Wuando Castro), do Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional (Adlander Matos), da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural (Francisco Ramos), da Saúde (Edgar Neves), da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos (Ivete Lima), da Defesa e Ordem Interna (Óscar Sousa), da Educação e Ensino Superior (Julieta Rodrigues), da Juventude, Desporto e Empreendedorismo (Vinício

Xavier de Pina) e o Secretário de Estado para Comunicação Social (Adelino Lucas), os Srs. Deputados Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD), Amaro Couto (MLSTP/PSD), Arlindo Ramos (ADI), António Barros (MLSTP/PSD), Deolindo da Mata (MLSTP/PSD), Raúl Cardoso (MLSTP/PSD), Paula Tavares (MLSTP/PSD), Felisberto Afonso (PCD/MDFM-UDD), Danilson Cotú (Coligação PCD/MDFM-UDD), Abnildo d' Oliveira (ADI), António Quintas (MLSTP/PSD), Cristina Dias (MLSTP/PSD), Américo Pinto (MLSTP/PSD), Beatriz de Azevedo (MCI), Arlindo Carvalho (Coligação PCD/MDFM-UDD), Maiquel Espírito Santo (MLSTP/PSD), Aérton do Rosário (MLSTP/PSD), Mário Rainho (ADI) e José António Miguel (ADI).

Na fase de encerramento do debate, usaram da palavra os Srs. Líderes Parlamentares Danilson Cotú (PCD), Amaro Couto (MLSTP/PSD) e Abnildo d' Oliveira (ADI), e o Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo.

O presidente encerrou a sessão às 17 horas e 15 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 10 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo do Nascimento d' **Oliveira**
Adilson Cabral **Managem**
Alda Quaresma da Costa D'Assunção dos **Ramos**
Álvaro João **Santiago**
Anaydi dos Prazeres **Ferreira**
André **Varela** Ramos
Arlindo Quaresma **dos Santos**
Arlindo **Ramos**
Carlos Alberto Pires **Pinheiro**
Carlos Manuel Cassandra **Correia**
Carlos Manuel **Vila Nova**
Carlos Wilker da Silva **Augusto**
Celmira de Almeida do **Sacramento** dos Santos Lourenço
Elísio Osvaldo Espírito D'Alva **Teixeira**
Idalécio Augusto **Quaresma**
Jorge Sousa Pontes Amaro **Bondoso**
José António do Sacramento **Miguel**
José da Graça **Diogo**
Levy do Espírito Santo **Nazaré**
Mário **Fernando** de Jesus Rainho
Milton Viegas Fernandes **Lima**
Olinto da Silva e Sousa **Daio**
Paulo Jorge **Carvalho**
Sebastião Lopes **Pinheiro**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social -Democrata (MLSTP/PSD):

Amaro Pereira de **Couto**
Américo Cardoso Soares de **Barros**
Américo Cravid Pereira **Pinto**
Ana Isabel Meira **Rita**
António das Neves Sacramento **Barros**
António **Quintas** do Espírito **Santo**
André **Varela** Ramos
Arlindo Barbosa **Semedo**
Cílcio Sodjy da Vera Bandeira **Pires dos Santos**
Cristina Maria Fernandes **Dias**
Danilo Neves os **Santos**
Deolindo Luís da Trindade
Elákcio Afonso **da Marta**
Filomena Sebastião Santana **Monteiro** d' Alva
Guilherme **Octaviano** Viegas dos Ramos
Hélder **dos Santos** Ceita **Joaquim**
Jaime Pires Sequeira **de Menezes**
Jerónimo Lima Pires **Quaresma**
José Rui Tavares **Cardoso**
Maiquel Jackson do **Espírito Santo**
Manuel **Vicente**
Paula Maria **Fonseca**
Raúl do Espírito Santo **Cardoso**

Coligação PCD/MDFM-UDD:

Arlindo Vicente de Assunção **Carvalho**
Danilson Alcântara Fernandes **Cotú**
Delfim Santiago das **Neves**
Felisberto Fernandes **Afonso**
Firmino João **Raposo**

Movimento de Cidadãos Independentes (MCISTP)

António Monteiro Fernandes
Beatriz da Veiga Mendes **Azevedo**

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, vamos ter hoje uma sessão versada sobre o debate do Estado da Nação, com o Primeiro-Ministro, solicitado por este.

Neste período, há um único ponto da ordem do dia. Por isso, convido os Serviços para convidarem os Srs. Membros do Governo para a Sala.

Pausa para entrada dos membros do XVII Governo Constitucional.

Sr. Primeiro-Ministro, Srs. membros do Governo, bom dia.
Vamos dar início aos nossos trabalhos.

De acordo com a solicitação feita por Sua Excelência o Primeiro-Ministro, vamos enquadrar o seu pedido ao artigo 228.º do Regimento, do qual peço ao Sr. Secretário que faça a leitura, para elucidar os Srs. Deputados sobre a norma que vamos seguir neste debate.

Tem a palavra o Sr. Secretário Arlindo Barbosa.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco governamental, as minhas saudações.

Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, trata-se do artigo 228.º e o mesmo está no Regimento da Assembleia Nacional, na página 166, Secção IV, Debate sobre o Estado da Nação com o Primeiro-Ministro, o qual passo a ler:

«1. O Primeiro-Ministro comparece uma vez em cada Sessão Legislativa na plenária da Assembleia Nacional, para o debate sobre o Estado da Nação.

2. O debate é aberto por uma intervenção do Primeiro-Ministro, por um período não superior a 30 minutos, a que se seguem intervenções dos Deputados, de acordo com o tempo distribuído pela Mesa, nos termos do artigo 158.º do Regimento.

3. Antes do encerramento dos debates pelo Primeiro-Ministro, cada grupo parlamentar tem o direito de produzir uma declaração, por um tempo não superior a 5 minutos.

4. O debate sobre o Estado da Nação não pode, em caso algum, exceder uma reunião plenária.»

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, alguma dúvida, algum pedido de esclarecimento?

Não sendo o caso, vamos iniciar, pedindo, antes, a indulgência das Sras. e dos Srs. Deputados para colocarem os seus telemóveis em silêncio ou no modo de avião, para evitar a perturbação dos nossos trabalhos.

Convido o Sr. Primeiro-Ministro a proceder à sua declaração de abertura sobre o Estado da Nação.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Jorge Bom Jesus): — Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Nacional, as minhas saudações, que são extensivas à Mesa da Assembleia, às Sras. e aos Srs. Deputados.

Nós, o XVII Governo Constitucional, estamos aqui, hoje, perante vós, porque juramos cumprir a Constituição e as leis, também contribuir para o aprofundamento do nosso processo democrático. E é em nome desses princípios e desses valores que estamos aqui, hoje, perante os representantes do povo, para podermos proceder e prestar os esclarecimentos necessários.

Estaremos aqui quantas vezes forem necessárias, porque de facto o Governo responde politicamente diante da Assembleia Nacional.

No próximo exercício, vamos fazer um enquadramento introdutório, pois certamente passaremos à parte interactiva dos debates e, nesta altura, os membros do Governo, ao nível sectorial, ao nível de cada Ministério, vão poder prestar esclarecimentos e informações que as Sras. e os Srs. Deputados reclamarem.

Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Excelências, para o Governo que chefiar, a presença diante dos Deputados da Nação é um imperativo de governação e um motivo de satisfação pessoal que não pode, de algum modo, ser posto em causa, seja por que motivo for.

É aqui, a fonte formal da nossa legitimidade, é aqui, onde o debate, a prestação de contas e a busca de entendimentos alargados sobre o nosso devir colectivo deve ter lugar privilegiado. É aqui, diante dos representantes eleitos da Nação, que o Governo informa, esclarece, apresenta iniciativas e se submete à vontade dos eleitos, num processo aberto, certamente contraditório, mas sem dúvida enriquecedor do processo de consolidação da nossa democracia.

Com este propósito, nos apresentamos diante de vós, para fazer o Estado da Nação. Fazemo-lo, em circunstâncias especiais, e diante de constrangimentos conhecidos. Especial, porque as eleições de 7 de Outubro deram origem a uma nova maioria parlamentar que pôs termo a um período de governação que ameaçou os alicerces do nosso Estado de Direito Democrático, capturou e instrumentalizou as instituições da República, coarctou as liberdades fundamentais dos cidadãos, manipulou a comunicação social estatal,

atentou contra a coesão e unidade nacionais, comprometeu relacionamentos históricos e atentou contra a imagem de um país e um povo digno e orgulhoso da sua identidade nacional.

Neste primeiro Estado da Nação, devemos destacar precisamente este facto, hoje o regime democrático foi resgatado, as liberdades e os direitos fundamentais foram recuperados, a liberdade de expressão ganhou espaço nos órgãos de comunicação social, os órgãos de soberania exercem os seus poderes de acordo com a Constituição e dialogam com sentido de Estado, o medo evaporou-se, respiramos liberdade.

Nunca é demais agradecer o espírito de luta e resistência do nosso povo, que soube traduzir nas urnas uma vontade inabalável, de defender o valioso património de conquistas, que teve início em 12 de Julho de 1975 e conheceu episódios marcantes em 1991 e se tem sustentado e manifestado, ao longo dos anos, numa busca incessante pela dignidade e bem-estar.

Contrariamente às práticas enraizadas em democracias modernas, numa atitude de claro menosprezo pelo povo são-tomense, o chefe do Governo cessante abandonou o País logo depois das eleições, sem proceder à passagem de testemunhos ao seu sucessor.

A garantia de continuidade de Estado ficou comprometida e mesmo nos sectores onde tal passagem se processou os actos ficaram marcados por alguma sonegação importante de informações e documentos. Em consequência, o presente exercício pelas razões mencionadas é provisório e incompleto.

Com o tempo, vamos levar a cabo investigações, inquéritos e auditorias que permitam esclarecer as justificações, os fundamentos legais e adequação dos valores envolvidos em numerosos actos que implicaram a utilização dos recursos do Estado, muitos dos quais no período imediatamente anterior e posterior à publicação dos resultados eleitorais.

Ciente desses constrangimentos, passaremos a partilhar com esta augusta Assembleia algumas informações disponíveis. Vamos fazê-lo em dois momentos distintos. Num primeiro tempo, eu e os membros do meu Governo daremos a conhecer o que sabemos até ao momento e, num segundo momento, e considerando que hoje as informações circulam em muitos canais de comunicação, em conjunto poderemos aprofundar muitas destas questões.

Em todo o caso, queremos marcar uma posição que já tive a ocasião de anunciar, o propósito deste exercício é só um, dar a conhecer ao nosso povo a situação que herdamos no momento em que assumimos a governação.

Não vamos julgar nem condenar ninguém. Isto é tarefa das instâncias e instituições competentes da nossa República, onde a presunção de inocência é um princípio cardinal.

Juízos de valores são livres. O que conta em definitivo é a decisão da justiça que esperamos ser célere, isenta e sustentada em factos provados.

Mas antes, é imperioso que conheçamos o País, São Tomé e Príncipe, onde tudo isso aconteceu para contextualizar os factos.

São Tomé e Príncipe é hoje um país pobre, mas com elevado sentimento de dignidade. Os dirigentes do País, a todos os níveis, devem assumir esta condição de pobreza e agir para transformar o País, criando prosperidade para todos.

Não podemos ser dirigentes ricos de um país pobre, não podemos invocar a condição soberana para ter comportamento, acções e atitudes de país rico. Ser pobre e ter dignidade não são conceitos antagónicos.

Excelências, as fragilidades macroeconómicas, estruturais e socioeconómicas de São Tomé e Príncipe são profundas e conhecidas. Essas fragilidades reflectem-se entre outras.

Numa estrutura económica totalmente dependente do exterior e baseado no sector primário, numa balança de pagamentos cronicamente deficitária, num nível de endividamento externo que apesar do perdão da dívida ocorrida em 2007, cresce de forma preocupante em infra-estruturas sociais e produtivas incipientes e ou com elevado nível de ociosidade, num tecido empresarial ainda embrionário e com fraca capacidade de criação de emprego.

Ao longo dos últimos anos, diversos esforços têm sido levados a cabo por sucessivos governos, para ultrapassar esses constrangimentos e colocar o País na senda de um desenvolvimento sustentado, num esforço conjugado com instituições financeiras e de desenvolvimento multilaterais entre as quais se destacam o FMI, o Banco Mundial, a União Europeia, o Banco Africano de Desenvolvimento e parceiros bilaterais, como Portugal, Angola, Nigéria, Brasil, Guiné-Equatorial, Timor-Leste e, no último ano, a República Popular da China, entre outros. Nestes relacionamentos, compromissos foram acordados e metas fixadas, num esforço de convergência de objectivo, que favoreçam o combate à pobreza extrema e promovam a participação do sector privado e atração de investimentos, para transformação estrutural da economia numa perspectiva de optimização dos recursos naturais e geoestratégicos de que o País dispõe.

É neste quadro que devemos rever alguns dados disponíveis da nossa economia, no decorrer dos últimos 4 anos.

O crescimento do produto interno bruto (PIB) saiu de 6.5% em 2014, para 3.9% em 2017 e, contrariamente à estimativa inicial de 5% para 2018, este deverá fixar-se a um nível bem inferior entre os 2% e os 3%.

Quanto à inflação, saiu de 6.4% em 2014, para 7.7% em 2017 e estima-se que poderá chegar aos 9% até o final do ano, traduzindo-se num aumento exponencial do custo de vida a nível nacional, aumentando o número de cidadãos em pobreza extrema. Recorde-se que no início do ano previa-se uma redução da inflação para 5.4%.

As reservas internacionais líquidas cobrem actualmente apenas 2 meses de importação, pondo em risco a âncora cambial da dobra face ao euro. Este indicador é deveras preocupante, dado que a ancoragem da nossa moeda ao euro tem sido um dos sustentáculos de controlo da inflação e um factor adicional de confiança dos agentes privados.

A dívida pública saiu de 244 milhões de dólares, em 2014, para 332 milhões, em Junho de 2018, sendo que precisam de ser ainda confirmados muitos engajamentos que não estão registados oficialmente, o que pode aumentar substancialmente a mesma.

Ao nível das finanças públicas, registou-se uma diminuição do investimento público, na ordem dos 25% até Setembro de 2018, face ao mesmo período em 2017, quando no início do 2018 o Governo anterior estimava um crescimento de 30%.

Esta diminuição do investimento público contribuiu para a redução da riqueza criada em 2018 e o aumento do contingente desemprego.

As metas iniciais, como as definidas no início do ano, foram assumidas com os organismos internacionais como o FMI e são o critério para a definição de apoios futuros por parte de alguns dos nossos parceiros.

Hoje, perante estes dados, tudo isto está em risco. A evolução destes indicadores demonstra o que quase todos os que vivem em São Tomé e Príncipe sentem, no seu dia-a-dia: o custo de vida aumentou, a situação financeira é elevada e de grande preocupação e o futuro do País está comprometido.

Estou mais a referir-me ao meu gabinete, sem precisar, em termos de números, o que vos posso dizer é que se gastou muito em comunicação e viagens, mas o mais importante do que o valor a pergunta a ser feita é a seguinte: o que ganhou o País com uma despesa tão elevada? Que benefícios concretos resultaram destas viagens?

Enquanto isso, o subsídio dos idosos está com um atraso de 2 anos; o programa das mães carenciadas não recebe contribuições há mais de 1 ano; o fornecimento de um prato quente aos idosos não se realiza há 2 anos.

Nem precisamos falar do não pagamento de bolsas aos estudantes bolseiros, quer no País quer no estrangeiro, para ter uma ideia da falta de critérios e de prioridades na utilização dos recursos do Estado.

Apesar de investimentos que ultrapassam várias dezenas de milhares de dólares, a situação energética atingiu níveis de deterioração nunca antes vistos, enquanto vamos tomando conhecimento de despesas sem uma justificação sólida. Precisámos de reverter esta situação rapidamente, pois a sua continuidade reflecte-se negativamente na vida dos cidadãos e das empresas.

O caos instalou-se nos Tribunais e a desconfiança em relação ao nosso poder judiciário ganhou proporções alarmantes.

Não obstante as repetidas solicitações da Assembleia Nacional durante a legislatura passada, nunca foi possível esclarecer pormenores de vários negócios que envolveram empréstimos e créditos e que foram objecto de numerosos debates nas redes sociais.

Espero que o debate traga mais luz sobre estes diversos casos. Neste sentido, o Governo não pode desviar-se um só momento da tarefa urgente de restabelecer os necessários equilíbrios e colocar de novo o País na rota do crescimento.

Rigor, transparência, prestação de contas, inovação e determinação têm de passar a ser a palavra de ordem de todos os dias e de todos os momentos. Neste sentido, apresentaremos amanhã o Programa do XVII Governo para a presente legislatura. Ele traduzirá uma convicção e uma vontade determinada de reverter a presente situação, fazendo confiança na capacidade de todos os são-tomenses para, com trabalho, honestidade e entre ajuda e num espírito de unidade nacional, construirmos um São Tomé e Príncipe para todos.

Viva o povo de São Tomé e Príncipe!

Viva a democracia e bem-haja!

Muito obrigado pela vossa atenção.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Agora, vamos estar à disposição das Sras. e dos Srs. Deputados. Neste caso, em termos de metodologia, disponibilizo as Sras. e os Srs. Ministros, para pormenores sectoriais.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Primeiro-Ministro.

Seguindo o que rege o nosso catecismo, após a intervenção do Sr. Primeiro-Ministro, seguirão as intervenções dos Deputados, de acordo com o tempo distribuído pela Mesa.

Quero, antes de mais, informar as Sras. e os Srs. Deputados que esta sessão está a ser transmitida em directo pela TVS. Daí que estão abertas as inscrições para as Sras. e os Srs. Deputados intervirem no debate.

Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, Guilherme Octaviano.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, estimados colegas Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, sejam bem-vindos a esta Casa Parlamentar.

Nós, hoje, cumprimos um dos aspectos que a Constituição permite, aliás o Sr. Secretário pôde abordar em que circunstância esta sessão é feita.

Na nossa sessão de ontem, a Sra. Deputada do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD traçou um conjunto de questões que entendemos que deve formatar a nossa atitude, o nosso comportamento e a nossa conduta. Hoje, estamos aqui no âmbito da apresentação do Estado da Nação, na qual apresenta o retrato da Nação. Eu não diria que apresenta o retrato da Nação a partir apenas do gabinete de Sua Excelência o Primeiro-Ministro, mas no seu todo.

Assistimos que houve uma tendência de infantilização da vida pública, um apelo constante ao coração, ou seja, à razão, pelo qual acrescento a trilogia, a cabeça, que nos permita raciocinar, analisar e só assim poderemos elevar São Tomé e Príncipe. Porque é que me ocorre essa questão? Ainda há dias, telefonavam-me alguns combatentes da Pátria, diziam que estão há 1 ano sem receber o subsídio que a Lei lhes confere. Para o efeito, eu gostaria que o Sr. Ministro de Trabalho e Emprego me confirmasse esta questão, esta é a minha primeira preocupação.

No rol das minhas questões, Sr. Primeiro-Ministro, ouvimos atentamente que o Sindicato da EMAE expunha algumas das suas preocupações, o que pôs o País numa situação preocupante, no momento em que apelamos para o turismo, no momento em que publicitamos São Tomé e Príncipe, inclusive houve um dito São Tomé e Príncipe in London, pelo qual até hoje não conhecemos os seus objectivos e o seu resultado efectivo, mas vamos andando para conhecer os factos.

Neste meu percurso de questões, gostaríamos de saber o ponto da situação exacta da EMAE, tendo em conta que é uma preocupação de toda a população, tanto do povo pequeno como o povo grande e povo médio.

Sr. Primeiro-Ministro, há questões que carecem de impacto urgente e imediato. Estou de acordo com a sua intervenção, quando diz que estamos ainda numa fase incipiente, está obtendo alguns dados, tendo em conta como foi esse processo de passagem.

Tivemos um Primeiro-Ministro fugitivo que não tem coragem de estar no País. Infelizmente nos acontecem essas situações. E eu lamento como é que, mais tarde, algumas pessoas vão ainda ao aeroporto buscá-lo. Eu espero, numa próxima encarnação.

Outra questão que também me aflige é a do Banco Central: ouvimos que as notas desaparecem, ouvimos que os funcionários ousam marcar falta a alguns directores do Banco Central, ousam pesquisar contas individuais de alguns cidadãos, o que nos preocupa.

Há uns enquadramentos que, ainda hoje de manhã, li nas redes sociais, um enquadramento à pressão que eu gostaria, se fosse possível, que abordasse, que é a situação desta grande instituição financeira do País, uma instituição que tem grande relevância, que queremos que esteja bem instalada. Apesar que dizem que há uns tapetes que estão a colocar lá, no valor de trinta e tal mil euros.

Apesar de me dizerem que a decoradora está a receber um montante exorbitante, eu gostaria que o sector competente, ou Sua Excelência o Ministro do Plano e Finanças, que está ali ainda sem aquecer os pés, possa fazer o acompanhamento dessas questões.

Caros colegas, sabemos que outras questões que se nos põem, questões que me preocupam, também têm a ver com a situação dos estudantes. A Sra. Ministra da Educação já é uma conhecedora da casa, poderia informar-nos quanto à utilização das bolsas que foram concedidas pelo Reino de Marrocos, se houve a sua cabal utilização. Eu espero que também não contemple apenas a clientela, mas que estejamos aqui para representar São Tomé e Príncipe.

Finalmente, Sr. Primeiro-ministro, quero dizer que pode contar com o nosso Grupo Parlamentar, e ontem dissemos que o nosso Grupo Parlamentar será proactivo. Um grupo parlamentar que não está cá apenas para bater palmas, um grupo parlamentar que está para fazer cumprir o desiderato que a Constituição lhe permite, isto é, de fiscalização do Governo, na sua plenitude, na sua efectivação.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Vice-presidente, Guilherme Octaviano.

Temos que adoptar uma metodologia de trabalho: associarmos duas ou três intervenções dos Srs. Deputados, depois passamos a palavra ao Governo, ou fazemos sequencialmente, após a intervenção dos Srs. Deputados, passar a palavra ao Governo. A Mesa tem uma proposta de acumular duas intervenções, depois passar a palavra ao Governo. Gostaria de obter a posição dos distintos grupos parlamentares sobre este método de trabalho.

A Coligação PCD/MDFM-UDD concorda com a proposta? Qual delas? Acumular duas intervenções.
O MLSTP/PSD?

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, é apenas para dizer que aderimos à sua proposta.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.
Sr. Deputado do ADI?

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Também o ADI concorda com a sua proposta.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Arlindo Ramos.
Tem a palavra ao Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Obrigado Presidente, apenas para pedir que oriente os serviços para verificarem, porque recebi uma mensagem, dizendo que a TVS não está a funcionar. Era só para os serviços confirmarem, se de facto corresponde à verdade.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado. Na próxima, faça pedido de esclarecimento, porque isso não é interpeleção à Mesa. Interpeleção à Mesa é para orientar os trabalhos da Mesa da Assembleia. No entanto, agradeço a preocupação.
Serviços, qual é o ponto da situação?

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Segundo a informação dos serviços, a emissão está no ar.
Muito obrigado.
Portanto, se calhar, houve uma interrupção rápida e já está no ar.
Tem a palavra o Sr. Deputado Deolindo da Mata.

O Sr. **Deolindo da Mata** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sua Excelência o Primeiro-Ministro e Chefe de Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Ministros, a todos, bom dia.

Sr. Primeiro-Ministro, ouvimos o Sindicato da Empresa de Água e Electricidade (EMAE) falar de 2.800.000 00 (dois milhões e oitocentos mil euros). Informavam que o Governo anterior havia contraído 2.800.000 00 para a manutenção dos geradores da EMAE, mas o que assistimos hoje é que o País está na escuridão. Gostaria de saber de si, Sr. Primeiro-Ministro, que informação pode nos oferecer sobre esta questão.

Segunda questão, como todos nós sabemos, na legislatura passada, as coisas não ficaram muito claras. Ouvimos tantas pessoas falarem da questão dos 30 milhões de dólares e essa questão, até hoje, não está bem esclarecida. Embora o Sr. Primeiro-Ministro ainda não tenha todas as informações sobre isso, gostaria de saber de si, Sr. Primeiro-Ministro, que informação tem sobre a questão dos 30 milhões de dólares.

O Sr. **Presidente**: — De acordo com a metodologia adoptada pelo Plenário, passo de imediato a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro ou a quem delegar, do seu Governo.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Srs. Deputados, pelas preocupações levantadas, de facto, ao assumirmos a governação, no dia 3 de Dezembro, há sensivelmente 15 dias, deparamo-nos, eu diria, com algumas urgências urgentes, passo à redundância. Primeiramente, a questão energética que, como sabem, atingimos o limiar mínimo, em termos de produção energética, chegando a 7 megawatts. Neste momento, creio, pelo menos no momento em que visitei a EMAE, estávamos a 11 megawatts e há perspectivas boas de continuarmos a aumentar e, como prometemos, tudo vamos fazer para mitigar esta carência energética, porque sabemos que praticamente a nossa economia e, sobretudo, as pequenas economias estão paralisadas, fruto deste problema energético. Mas eu depois pedirei ao Sr. Ministro desta área para os detalhes que se impuserem.

Por outro lado, encontrámos outro problema de urgência máxima, a questão dos salários. Era preciso encontrar mecanismos para pagar o salário do mês de Dezembro e o tradicional décimo terceiro, os subsídios de Natal, num quadro em que o Governo cessante já tinha ido à Banca, nos últimos 3 meses, Setembro, Outubro, Novembro. Apesar das especulações, nem todos os segredos do Estado têm que estar na praça pública e nas redes sociais. Temos que ter uma postura de Estado. Portanto, há filtros necessários para o bem-estar, a própria dignidade e perenidade do Estado. Encontramos um mecanismo de encontro de contas com a ENCO. O Sr. Ministro dessa área depois poderá precisar.

Enfim, continuamos com outras questões de emergência. Queremos dignificar esta quadra festiva do Natal e Ano Novo, depois de um 2018 praticamente em branco, fruto de alguma crispação do período eleitoral, e não só. Por isso, estamos a fazer tudo para que a nossa população possa ter energia, o salário que é devido, que as empresas possam honrar os pequenos compromissos que têm reflexos, precisamente as vítimas são os trabalhadores, e queremos que os visitantes, os turistas, que vêm para São Tomé e Príncipe encontrem um País a tentar renascer das cinzas. Por isso, todo o programa de tapagem de buracos nas ruas e artérias da nossa cidade.

Todavia, vou pedir aos dois Ministros, o das Finanças, Planeamento e Economia Azul e o dos Recursos Naturais, Obras Públicas e Infra-estruturas, para completarem as informações.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.
Tem a palavra o Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul.

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul** (Osvaldo Vaz): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas Membros do Governo, muito bom dia.

Sr. Primeiro-Ministro, com a sua permissão, eu gostaria de falar resumidamente da situação, eu não diria real, porque infelizmente os nossos dados, desde 2014 até hoje, ainda são provisórios.

O Sr. Primeiro-Ministro, na sua intervenção, falou da dívida do País até 2017 e do dado actual até Novembro de 2018. Nós, em 2014, tínhamos uma dívida de 260 milhões de dólares, mais 45 milhões de dólares que é do aval do Estado são-tomense para que a ENCO fornecesse combustível à EMAE, de 45 milhões, totalizando 306 milhões de dólares.

Em Novembro de 2018, a dívida do País era de 495 milhões de dólares e mais a dívida da ENCO, com este aval do Estado saiu de 45 milhões para 92 milhões de dólares e temos agora um total de 587 milhões de dólares. Mas isto sem falar das dívidas de vários ministérios e sectores autónomos, que não estão registadas no Tesouro. As Câmaras, a própria Assembleia Nacional, acho eu, deve ter contraído dívidas com fornecedores para pagar com a sua própria dotação. Isto referente à dívida, ou seja, há um crescimento de 91%.

A taxa de inflação, o Sr. Primeiro-Ministro tem toda a razão, é possível que até final do ano atinja os 9%, porque em Novembro já está 8,4%. Em 2014, era 6,4%.

A taxa de desemprego, não quero falar, porque de 2012 até hoje não se sabe qual é. As Estatísticas não têm informações. As informações que temos são de 2012. Estamos em 2018, uma população sobejamente jovem, cada um tira a sua conclusão.

Bom, temos aí um grande problema que é a média de arrecadação de receitas correntes, é de 70 milhões de dobrás, ou seja, eu gosto de falar de biliões, antigamente, 70 biliões de dobrás.

A despesa com o pessoal, com o salário por mês, é de 62 milhões de dobrás, salário da função pública, com excepção dos sectores autónomos e das Câmaras. O total dos custos com os sectores autónomos e as Câmaras são 78 milhões de dobrás. Quer dizer que as nossas receitas correntes não suportam as despesas, só com o pessoal e as dotações para os sectores autónomos.

Não estou a falar dos consumíveis, da manutenção, de viagens, de telecomunicações. Só esta rubrica, ou seja, o País está mesmo muito mal.

A nossa balança comercial é muito deficitária, os dados que temos, até Novembro, o défice da balança comercial já está a 107 milhões de dobrás e sabemos que o mês de Dezembro é o mês de mais compras, mais importações e isso deve, efectivamente, atingir valores muito mais altos.

Como o Sr. Primeiro-Ministro disse, e é real, os dados que tenho são da Estatística, porque a balança comercial, é certo que o Banco Central faz a balança de pagamentos, mas os dados vêm da Estatística. A inflação, o PIB, os dados também vêm da Estatística. Por isso, os dados que eu tenho são mesmo da fonte. Bom, é só para dizer que a nossa taxa de crescimento, o Sr. Primeiro-Ministro já disse, temos uma taxa de crescimento, mas a ritmo decrescente, e no final do ano de 2018 a coisa vai ser mesmo mais complicada. E é bom que todo o mundo saiba a verdade, porque só assim, em conjunto, poderemos ter soluções. E mesmo as instituições internacionais têm que saber. Não vale a pena escondermos isso, porque as instituições dão-nos empréstimos e temos que pagar. Pagamos com quê? Receitas correntes? Que receitas correntes, se nem chegam para pagar salários? Então, somos obrigados a recorrer aos bancos comerciais para pagar salários. Não se esqueçam, os bancos comerciais não dão nada de graça, temos que pagar juros, é uma dívida interna.

Os funcionários públicos, de 2014 a 2018, saíram de 7.700 para 9.700, sem falar dos sectores autónomos: Assembleia Nacional, Presidência da República, Região Autónoma do Príncipe, Câmaras, um conjunto de sectores que não fazem parte deste pacote.

Aqui falou-se muito do IVA. Estamos com um problema sério na Direcção dos Impostos, a Lei do IVA nem foi aprovada. Por isso, a história de que o IVA iria começar em 2019 é uma miragem, porque nem há a lei do IVA aprovada. Significa dizer que fizeram concurso público, não sei com que base. Por isso, é a situação real que estamos a viver.

Recebemos a conta única do Tesouro em 4 de Dezembro, com um valor de 16 milhões de dobrás, que rondam os seus 700.000 dólares, e sabíamos que durante o mês tínhamos que ter o valor para pagar salários. E o valor que temos a arrecadar, também a Direcção dos Impostos, o Sector de Arrecadação, diz que o que falta receber rondam os 13 milhões de dólares. E dos 13 milhões de dólares, as empresas públicas já têm 6 milhões, ou seja, a dívida que as empresas públicas têm para com o Estado atinge 6 milhões. Não estou a falar dos Sectores Autónomos que também têm dívida para com o Estado, de pagamento dos impostos, de pagamento de segurança social. Só as empresas públicas têm esta, a diferença é para o sector privado.

Este é o quadro que temos, negro, e que precisa efectivamente de colaboração de todos. Aí qualquer um não precisa de ser economista para ter a noção de como estão os nossos indicadores macroeconómicos.

E gostaria de dizer que sobre o PIB de 2018 não podemos falar, porque ainda não temos informações sobre a taxa de desemprego. Ninguém pode falar, porque existe de 2012 e mesmo a nossa balança comercial os dados são provisórios desde 2014. Se os dados são provisórios desde 2014, quer dizer que a nossa balança de pagamentos também os dados são provisórios, porque a primeira rubrica da balança de pagamento é justamente a nossa balança corrente, onde está a balança comercial.

Relativamente aos 30 milhões, é um assunto muito badalado e precisamos fazer um trabalho muito profundo. E não gostaríamos de dizer que há ou não problemas sobre os 30 milhões. Infelizmente, um valor

tão alto que envolve o Estado, a Direcção do Tesouro só tem estes dois documentos, mas em cópia. Não sabemos onde estão os originais. De facto o Banco Central e a Direcção do Tesouro confirmam os 10 milhões que entraram, por se tratar de um acordo, e aqui há algumas cláusulas, a nossa missão será ver junto à fundação que só nos deu 10, precisamos dos 20, para nos ajudar, e aí é que podemos tirar alguma conclusão.

Quanto ao Banco Central, estamos a fazer os trabalhos e no momento próprio poderemos pronunciar.

É isso que me apraz, de momento, falar, Sr. Primeiro-Ministro.

Sr. Presidente, não sei se há mais alguma questão.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E quanto à questão de salários.

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul**: — Quanto à questão de salários, julgo que aqui há muita gente que sabe que o dinheiro não pode entrar de qualquer forma no cofre do Estado, não só o Estado, o FMI, o Banco Mundial e outros. Isso já aconteceu também com vários governos, eu quando era Director-geral da ENCO também apoiei neste sentido. A ENCO deve ao Estado os impostos, os direitos alfandegários, mas o Estado tem uma dívida astronómica com a ENCO, mesmo assim, nos momentos de aflição, a ENCO sempre deu a mão ao Estado. Paga os valores pequenos, que para o Estado são valores altos. A ENCO tinha uma dívida na Direcção das Alfandegas, negociamos com a ENCO, e a ENCO pagou os direitos alfandegários e entrou no cofre do Estado são-tomense.

Era isso que eu queria informar.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Ministro.

Apenas dois reparos: o primeiro, a nossa Assembleia chama-se Assembleia Nacional, não apenas Assembleia.

Segundo, os próximos que vierem, quando terminarem a intervenção, desliguem o microfone, se faz favor.

Tem a palavra o Sr. Ministro de Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente.

O Sr. **Ministro de Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente** (Osvaldo Abreu): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, população são-tomense, muito bom dia.

Sr. Primeiro-Ministro, com a sua permissão, na sequência das intervenções feitas e pedidos de esclarecimentos, no espírito do espelhado pelo Sr. Primeiro-Ministro, na perspectiva de que este exercício é um exercício provisório e incompleto, tendo em conta o tempo que levamos em casa e as informações disponíveis e indisponíveis, também temos o dever de esclarecimento a esta Casa Parlamentar sobre as questões que foram aqui colocadas e aquilo que achamos pertinente, para esclarecer ao público em geral.

A situação energética caótica que vivemos já há algum tempo é de conhecimento público, já se falou bastante. O Sr. Primeiro-Ministro, logo após a tomada de posse, fez uma visita à empresa de Água e Electricidade. Juntamente com os técnicos e a direcção visitou algumas instalações industriais desta mesma empresa e constatámos algumas situações que já são públicas e resumidamente podemos dizer que temos um défice que é conhecido de cerca de 10 Megawatts, que não permite que a população tenha uma energia de forma contínua. Ela tem que ser regulamentada e tem que ser fornecida de forma partilhada.

Temos o maior défice na Central de São Tomé, onde dos 7, 9 Megawatts só se produz 2.6 Megawatts.

É a central mais antiga, com aquelas máquinas velhas, por isso todos os esforços têm de ser feitos com vista à substituição das mesmas, ou uma medida mais radical que seria o encerramento desta mesma Central, tendo em conta a sua localização, o efeito prejudicial para o ambiente que provoca no rio Água Grande que desemboca aí no mar, e o efeito de ruído, considerando o ambiente à volta das escolas e não só.

Para funcionar, estas máquinas consomem muito combustível, porque são máquinas demasiadas deficientes, pelo seu tempo de vida.

Em Santo Amaro, temos uma situação complicada com as novas máquinas que foram colocadas. As máquinas A, B e C, em Santo Amaro 2, onde somente uma encontra-se em funcionamento, os esforços estão sendo envidados para que pelo menos uma das duas que estão avariadas possa entrar na rede antes do final do ano.

Vamos envidar todos os esforços, como já disse o Primeiro-Ministro, no sentido de introduzir mais potência à nossa rede.

O mesmo acontece com Bôbô-Forro 2. Tendo em conta que Bôbô-Forro 1 é uma central privada, ela vai fornecendo aquilo que puder, mas não da nossa responsabilidade.

Bôbô-Forro 2 é crítico porque, como já foi aqui espelhado, o Estado gastou um montante exorbitante de financiamento e temos zero megawatt dos 3, 4 megawatt possíveis, que acumula neste momento do défice que temos.

E o Contador de potência de aproximadamente 2 megawatts que deveríamos estar a introduzir na rede, neste momento já conseguimos colocar 0,8 megawatts, totalizando 12, 5 megawatts, ou seja, continuamos a ter cerca 7,5 megawatts de diferença.

Volto a repetir, é nossa tarefa encontrar soluções, é nesta senda que contactamos o nosso parceiro governo angolano, no sentido de aproveitar a vasta experiência que têm no sector térmico, para que conjuntamente com os nossos técnicos pudessem nos ajudar a encontrar solução a curto prazo, ou seja, de imediato, aos problemas que temos, tendo em conta a quadra festiva que se avizinha.

Como foi visível e reportado, tivemos cá no País um grupo de especialistas enviados pelo Ministério de Energia de Angola, que nos ajudou a fazer a radiografia daquilo que existe, em termos das necessidades e espelhar uma série de alternativas possíveis de solução. Já conhecemos a panóplia de informação e contra informação que existe na rede social sobre este assunto. Estamos a acompanhar, emitimos uma nota de imprensa de esclarecimento, tendo em conta que concordamos com o governo angolano, e que nunca houve compromisso de uma das partes, relativamente à vinda de geradores ou coisas parecidas, como foi emitida pelo governo angolano, e confirmamos. Há conversações, os técnicos vieram. Se vieram, é porque efectivamente houve de facto esse relacionamento que foi estabelecido e o que temos neste momento são trabalhos de acompanhamento para encontrar a melhor via de responder às necessidades que colocamos.

Portanto, precisamos diminuir a aflição da nossa população relativamente à falta de energia, não vamos descansar nos dias que faltam até a quadra festiva, vamos explorar todas as nossas capacidades, e quando eu falo todas, é todas, incluindo o recrutamento de técnicos nacionais fora da EMAE e que sabemos que em São Tomé e Príncipe existe outros quadros que não fazem parte da EMAE e que têm conhecimento sobre geradores, temos que ter suficiente mente aberta para ir buscá-los e, não só, estar à espera, estar a depender de expatriados que vêm para 1 dia, 2 dias, mexer numa peça de um motor e regressar com custos elevados para o sistema, mas, ao mesmo tempo, temos também que dizer a verdade sobre a nossa debilidade, em termos de recursos humanos neste assunto. É uma situação que já vimos falando há muito tempo e medidas sérias devem ser tomadas para superarmos esta situação. Entretanto, a solução para o nosso problema energético, nas nossas pequenas ilhas, não passará com certeza por geradores. E muito menos geradores a diesel. É uma situação que faz parte do nosso Programa de Governo que vai ser discutido nesta Assembleia Nacional e contaremos certamente com a contribuição das Sras. e Srs. Deputados. Nesse momento, temos várias propostas, estudos e projectos para implementação, a curto, médio e longo prazo, em termos de fornecimento, produção de energia alternativa com mais enfoque para a energia de origem solar e hídrica.

Entretanto, a reconversão dos geradores existentes, da fonte térmica, diesel para gás, também faz parte do eixo das nossas preocupações que também já começamos os contactos com alguns parceiros vizinhos, de forma a implementar estas ideias, que tecnicamente não têm grandes novidades, tendo em conta aquilo que já existe.

Tomámos conhecimento também das hipóteses, daquilo que agora está na moda, que são os *powers ships*, ou seja, barcos centrais, que encostam e têm uma determinada capacidade de produção energética que consegue injectar na rede. Claro que esta situação traria alguma infra-estrutura adicional, para a construção de pontes de toma para conectar na rede, mas não está posta de lado e já sabemos da sensibilidade que existe com os nossos parceiros multilaterais e bilaterais para, eventualmente, a implementação também desta técnica. Mas o que mais importa, neste momento, repito, é a nossa preocupação, nosso empenhamento em tudo fazer para que haja menos corte de energia, nos próximos dias, nessa quadra festiva.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Ministro.
Tem a palavra o Sr. Deputado Raul Cardoso.

O Sr. **Raul Cardoso** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas Deputados, bom dia.
Sua Excelência o Primeiro-Ministro e Chefe de Governo, Srs. Membros do Governo, muito bom dia.

Sr. Primeiro-Ministro, estou muito preocupado. Enquanto cidadão deste País, enquanto Deputado da Nação, estou deveras preocupado. Que país é este afinal? Eu dizia durante todo o período de campanha eleitoral, enquanto candidato a deputado, que tínhamos um país de ilusões, mas não conhecíamos o país real.

Sr. Primeiro-Ministro, está confirmado aquilo que eu dizia. O País que nos foi vendido nos últimos 4 anos é um país de aparências, e o País real é este que o senhor agora nos apresenta. Como fazer um país sair deste estado de coisas? Como viabilizar economicamente este país, quando a arrecadação de receitas são 70 milhões, as despesas com os salários, 72 milhões? Meus senhores, isto é de preocupar a todos. É de preocupar, que eu quero lançar um veemente apelo a partir deste púlpito. Caras e caros colegas Deputados, sejamos nacionalistas, sejamos patriotas e, por favor, sejamos menos militantes dos nossos partidos, porque é necessário haver uma grande concertação nacional, um amplo consenso nacional para tirarmos este país deste estado.

O Sr. Primeiro-Ministro diz, e muito bem, não se está aqui para condenar ninguém, mas o povo agradece ser esclarecido sobre muitas coisas. Vir dizer-me apenas que em viagens comunicações gastou-se muito, não chega. Eu quero conhecer os valores. O que é que se gastou em viagens? O que é que se gastou em comunicações?

Meus senhores, sou daqueles que, neste País, posso assumir claramente que, de corrupção, não sei o que é que é isto. Mas eu não posso aceitar que, enquanto representante do povo, enquanto homem político, me dizem que eu também sou corrupto. *Todos os políticos são corruptos!* Eu não aceito isto. E é isto que os jovens me dizem: «*vocês são todos iguais*». E eu não sou igual. Sou diferente.

Sr. Primeiro-Ministro, quando olho para tudo isto, há coisas que não me passam despercebidas. A questão dos Tribunais, por exemplo, cofre do Estado, meus senhores, eu tenho isto. Este é um relatório preliminar de uma auditoria financeira e administrativa aos Tribunais Judiciais deste país. Meus senhores, a auditoria foi feita, ela existe. O que é se fez com isto? Guardou-se isto. Guardou-se isto. Com que justificação se guarda uma auditoria com esta dimensão? Eu quero o devido esclarecimento sobre isto, Sr. Primeiro-Ministro. Não sei se tem informações sobre isto, porque neste relatório há um pormenor aqui que me deixa escandalizado: os tribunais, ou seja, o tribunal, na altura, contraiu uma dívida no valor de 2 milhões de euros para comprar o edifício onde se encontra o Supremo Tribunal. Pelas informações que eu tenho, naquela casa, há infiltração de água, há o problema de humidade, mas também se diz, é necessário que o Governo explique isto, que esta casa estava à venda por 800 000 euros ou dólares, não sei. Mas é o governo são-tomense, através dos tribunais, que assume uma dívida de 2 milhões para a compra do mesmo edifício.

Meus senhores, este povo já não aguenta isto, este povo já não pode permitir que seja sacrificado desta maneira e que haja gente que se enriquece à custa do sacrifício do povo são-tomense.

Muito obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado Raul Cardoso pela sua intervenção.
Tem a palavra a Sra. Deputada Paula Tavares.

A Sra. **Paula Tavares** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Caras e Caros Deputados e seu elenco, muito bom dia: Com a sua permissão, Sr. Presidente, venho aqui só para fazer um apelo ao Governo. Venho de Diogo Vaz, concretamente do Distrito de Lembá. Quero falar da Câmara de Lembá, apelar ao Governo para que possa ver a situação de segurança social dos funcionários dessa Câmara.

Que eu saiba, essa questão foi levantada aqui por um deputado, noutra legislatura, com o governo cessante que não tomou isso em consideração. Por isso eu repiso nessa questão, para que o Governo venha a rever essa situação, junto à actual Câmara e dar a conhecer aos funcionários qual é a sua situação. São cerca de 100 ou mais funcionários nesta situação e que a dívida da Segurança Social não vem de 1 nem 2 anos.

É este apelo que faço e peço ao Governo que não deixe isso correr assim, porque é o futuro dos nossos funcionários que está em jogo.

E também outro apelo que tenho a fazer ao Governo é sobre a comunicação social. Vivo em Diogo Vaz e não sei de nada que se passa nesta Casa ou no País. Estamos desinformados. Já há 12 meses ou mais que estamos sem o sinal da TVS. Não assistimos ao telejornal um dia se quer.

Hoje, quando vinha para aqui, houve um cidadão que me disse: «foste lá ontem, mas não vimos nada. Estás a ir hoje, vê se falas disso». Por isso é que vim levantar esta questão.

Por favor, o Sr. Ministro que tem a ver também com a situação da Câmara. Que dê uma atenção a essas situações, por favor. Se no caso isso for abrangente, que chamem à responsabilidade os que devem ser chamados.

Muito obrigada.

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Já temos dois inscritos, não sei se o Governo já tem matéria para responder, ou quer que eu passe a palavra a mais um.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, muito bom dia.

Sr. Primeiro-Ministro, estamos a falar do Estado da Nação. Para além de muitas coisas que relatou aqui, existem outras situações que o Sr. Primeiro-Ministro também desconhece e há uma que eu quero aqui voltar a repisar. Mas antes gostaria de agradecer o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, que ontem me deu toda atenção, e começou a tratar do assunto. O assunto está a ser tratado, mas o que eu estou a pedir é urgência.

Sr. Primeiro-Ministro, trata-se de centenas dos meus irmãos do Príncipe que estão aqui em São Tomé altamente encurralados por causa de uma situação que existe entre o navio Príncipe e a EMAE. São pessoas que vieram e muitas dessas pessoas são desempregadas que vieram vender um bocadinho do seu limão, um bocadinho do seu peixe, para arranjar um bocado de dinheiro, de forma a passar o Natal com as suas famílias, e estão nessa situação. Não têm mais condições para estar aqui. Estão constantemente em contacto comigo. Eu estou aflito, porque a dor deles é a minha dor. Por isso, peço encarecidamente ao

Governo, porque se esperarmos até este debate acabar, o problema pode se agravar mais. Por favor, usem a vossa influência, Excelências. Liguem, dêem orientações, para resolverem o problema do Navio Príncipe, para começarem a evacuar essas pessoas. O Navio Príncipe carrega 65 pessoas e é o único meio marítimo que temos neste momento, não há mais, e é preciso evacuar essas pessoas ainda nesta semana, eles precisam de fazer duas ou três viagens, e é um navio que tem capacidade rápida para fazer isto. Sr. Primeiro-Ministro, por favor, resolva o problema dos meus irmãos.

Agora, para entrar na questão propriamente do debate sobre o Estado da Nação, Sr. Primeiro-Ministro, o quadro apresentado aqui é muito grave. O País está numa situação difícil, mas eu acredito e desejo que o Jesus que lhe deu nome há-de ajudá-lo a encontrar uma solução para este povo, que esta a precisar muito. Mas para isso é necessário que o Governo tome uma decisão. Não há margem para erro, para esta governação tem que ser, primeiro povo, segundo povo, terceiro povo, quarto povo, quinto povo e depois é que vem o resto.

Quero aqui colocar duas questões: uma relacionada com a Região Autónoma do Príncipe, no que toca à evacuação de doentes. Sr. Primeiro-Ministro, pelas informações que tenho, neste momento, se houver um caso de emergência para evacuação médica, o doente que estiver nessa situação correrá risco de morrer. Porque está suspensa a única companhia. Infelizmente, quanto a outra companhia, houve um pequeno incidente com um avião que, na aterragem, os trem não saíram e teve que fazer uma aterragem forçada. E eu aqui aproveito para me solidarizar com o Comandante que teve toda essa habilidade e, aliás, é um grande Comandante. Quero felicitá-los, tanto ele como os outros. O Comandante Tó, o Nélio e os outros. Quero aqui aproveitar a ocasião para os felicitar e agradecê-los, ao longo dos anos, pela vidas que têm estado a salvar na Região Autónoma do Príncipe. São pessoas que, mesmo nos dias do Natal e do Ano Novo, são chamadas e estão logo ali no ar a ir salvar uma vida.

Por isso que quero aproveitar para os agradecer e, justamente por isso, creio que Deus ontem protegeu esse Comandante e fez com que ele conseguisse pôr o avião no chão, sem que houvesse perdas humanas.

Portanto, neste momento, há esta situação. O anterior Governo ficou a dever a companhia cerca de 60 000 dólares, que está relacionado com a evacuação de doentes, e a companhia, porque também tem suas despesas, tem um aparelho que é alugado e tem outras despesas, decidiu suspender esse trabalho. Neste momento, se houver doente de emergência, não sei se estou a dramatizar, mas acho que esse doente vai morrer por causa disso. É por isso que é necessário que se tome uma medida.

A outra questão que vai ao nível nacional, há uma, Sr. Primeiro-Ministro, que considero de crime público. Este Governo tem que fazer tudo para contornar isso. Sr. Primeiro-Ministro, alguém que vai para Portugal passear, procurar trabalho ou fazer outras coisas e que não consegue um termo de responsabilidade, paciência.

Mas, um doente, Sr. Primeiro-ministro, eu tenho informações que já morreram pessoas em São Tomé doentes, porque não conseguiram termo de responsabilidade de forma a ir a Portugal fazer tratamento, mesmo com junta médica. É por isso que eu peço ao Governo. Não é normal! O Estado são-tomense tem que assumir esta situação. Os doentes não podem morrer em São Tomé, porque não têm famílias em Portugal para mandar o termo de responsabilidade. Isto para mim é uma irresponsabilidade, é um crime.

Por outro lado, queria aproveitar aqui para pedir também ao Governo que nos esclareça de facto a situação do hospital, no que toca à questão de junta médica, medicamentos, reagentes, no fundo toda a situação do hospital, porque os são-tomenses já estão cansados. Vão para a farmácia não há isso, não tem aquilo.

Peço que o Governo nos brinde aqui com as informações sobre estas questões todas, que são questões que o povo também espera ouvir.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado António Barros.

Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso, para uma intervenção.

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, Sras. e Srs. Deputados, muito bom dia.

Sr. Primeiro-Ministro, com toda a primavera que tenho, estou a contar ainda com o desenvolvimento deste país, ainda dentro do meu coração. Já demos o primeiro passo, já nos libertamos da ditadura, já libertamos a nossa democracia, já estamos a sentir a liberdade. Hoje, temos uma Assembleia Nacional bem constituída, dentro da legalidade, a mesma está bonita. Estamos cá 55 Deputados e, junto ao Governo, encontraremos solução. Agora cada um está nos seus respectivos lugares a trabalhar para haver uma solução.

Gostei muito deste Governo, cada membro está nos seus lugares a trabalhar, muito tempo que não havia esta situação. Por isso é que estou a contar ainda com o desenvolvimento deste País.

Quero dizer ao Sr. Primeiro-Ministro, temos duas políticas: política externa e política interna.

Podemos importar tudo, mas não podemos esquecer do nosso diamante verde, que é a nossa produção e produtividade. Temos que dar a nossa vida por inteiro e temos que fazer crescer a nossa produção, de forma a diminuímos a exportação. Temos que fazer crescer a nossa economia. Estamos mal.

Portanto, quero dizer ao Sr. Primeiro-Ministro, a governação do XVI Governo acabou com os empresários, acabou com as médias empresas, acabou com a classe média. Nos bancos hoje não há divisa. A exportação está a ser feita muito pouco.

Gostaria de dizer ao Sr. Ministro da Agricultura, vamos agarrar na agricultura de forma a aumentar a nossa produção e produtividade.

O XV Governo havia um aumento de produção grande, as divisas entravam nos Bancos, mas hoje a divisa está escassa nos bancos, há uma crise de divisa total no nosso país e nas casas de cada um dos são-tomenses. Por isso que creio que vamos enfrentar esta crise. A crise não pode ser *saltada*. O XVI Governo *saltou* a crise.

Todos os são-tomenses, desde do Presidente da República até a sociedade civil, junto a este Governo, junto a esta Assembleia Nacional, iremos encontrar solução. Temos que trabalhar, cada um nos seus respectivos lugares. Ninguém pode ficar em casa, de forma a alavancarmos este país. Quanto não, estaremos todos mal. Não podemos estar aqui só a depender dos 95%. É mau.

Eu falei aqui ao XVI Governo. Um país que não produz, não tem sentido. Falei aos Deputados aqui. O que disseram é que estavam em bom caminho. Agora, eu pergunto, onde é que está o bom caminho? Um país que não produz, ninguém tem valor, estamos a depender dos outros! Temos que acabar com isso, temos que fazer a nossa parte!

Agora, por último, gostaria de dizer que se hoje eu levar a matabala e arroz para uma eleição, a matabala ganha, porque o povo gosta muito da matabala, mas a matabala está muito cara e o povo passa a matabala e vai comprar arroz...

Risos e aplausos.

... porque o matagal está a matar a matabala. Quando se começar a desbravar o matagal e plantar, cuidar e dar manutenção, teremos muita matabala.

A juventude está empenhada a participar na agricultura. Se tiver o apoio do Governo, o País se alavanca em agricultura pesca e pecuária. Vamos produzir! Sem produção, não há hipótese.

A minha proposta e apelo aqui na Assembleia Nacional será sempre a favor da produção.

O País tem que produzir.

Aplausos do PCD/MDFM-UDD e do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Felisberto Afonso.

Agora, passo a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro ou a algum Ministro do seu Governo, a fim de responder às questões que foram levantadas pelos quatros intervenientes.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, com a sua indulgência, vou pedir aos Ministros da Presidência, o Secretário do Estado da Comunicação Social, o Ministro do Trabalho, o Ministro da Saúde e a Ministra da Justiça, pedindo a todos que sejam breves, concisos e precisos.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Primeiro-Ministro.

Tem a palavra o Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares** (Wuando Castro): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, muito bom dia.

Sr. Primeiro-Ministro, com a sua permissão, trago os dados que foram cá solicitados relativamente à questão dos gastos com as viagens e comunicação, sobretudo a nível do Gabinete do Primeiro-Ministro.

Em termos de viagens, temos os números indicativos do período de Outubro de 2015 a Novembro de 2018, mas há aqui um período de Dezembro de 2014 a Setembro de 2015 que ainda não conseguimos fazer o levantamento. Portanto volto a dizer, de Outubro de 2015 a Novembro de 2018 foram efectuadas, a nível de viagens e deslocações do antigo primeiro-ministro, 45 viagens, foram visitados 28 países e isto acarretou para o Estado uma despesa na ordem de 14 158 581 milhões de dobrás, o que corresponde a 675 000 dólares, a câmbio de 21 dobrás.

No que toca à questão das comunicações, a nível do Gabinete do Primeiro-Ministro, e aqui introduzo um referencial de comparação. No ano de 2014, os gastos do gabinete do ex-Primeiro-Ministro ao nível de comunicações, isto inclui comunicações móveis e fixas, do ex-Primeiro-Ministro, do Ministro da Presidência, e do seu *staff* mais próximo, Director de Gabinete e Assessores, cifrava em 192 294 dobrás, o que corresponde a 9 168 dólares. Isto é o que foi gasto em 2014.

Em 2015, esse valor subiu para 7 276 332 dobrás, o que corresponde a 346 487 dólares.

Em 2016, esse valor cifrou-se em 7 604 350 dobrás, o que corresponde a 362 111 dólares.

Em 2017, o valor foi de 5 574 742 dobrás, correspondente a 265 463 dólares e, finalmente, em 2018, o valor foi de 4 907 920 dobrás, correspondente a 233 710 dólares, o que totaliza, nos 4 anos de governação do Primeiro-Ministro cessante, o valor de 25 363 243 dobrás, correspondente a 1 207 773 dólares.

Só em termos de cooperação, no que toca aos gastos totais dos membros do XVI Governo, correspondente ao ano de 2018, ou seja, de Janeiro de 2018 a Novembro de 2018. Apenas com telemóveis, o gasto total foi de 4 710 942 milhões de dobrás, corresponde a 225 000 dólares, o que dá uma média de 20, 5 dólares por mês, em termos de comunicação móvel.

E como este Governo está aqui para fazer diferente, aproveito o ensejo, já que estou no uso da palavra, para informar, por exemplo, que ao nível das novas regras de comunicação estabelecida para os membros do Governo, todos têm um número institucional, com um *plafond* atribuído, e este *plafond* está predefinido em função dos escalões, nomeadamente dando maior abertura a Sua Excelência o Primeiro-Ministro e a Sra. Ministra dos Negócios Estrangeiros dada as funções que exercem, mas para dizer que mesmo que todos os membros do governo esgotem o *plafond* mensal esta conta não ultrapassará os 5 mil dólares mês.

Aplausos do MLSTP/PSD e Coligação PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Tem palavra o Sr. Secretário de Estado da Comunicação Social.

O Sr. **Secretário de Estado para Comunicação Social** (Adelino Lucas): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados da Nação, bom dia.

Relativamente à questão da Comunicação Social, levantada pela Sra. Deputada de Lembá, cumpre-me informar que, de facto, esse problema se coloca, não de forma isolada, mas quase que atinge o País no seu todo.

Houve uma degradação total de todo o sistema de comunicação, rádio e televisão. Temos redes de emissores espalhados pelo País inteiro, incluindo, claro está, a Região Autónoma do Príncipe, em locais como Alto Nazaré e Oquê Daniel, que não sofrem qualquer intervenção, ao menos manutenção, há muitos anos. As redes de emissores do ilhéu das Rolas, de Caridade e Soledade, que estão na zona Sul, não sofrem qualquer intervenção, qualquer reabilitação. Da Região Norte de São Tomé, temos o emissor de Lagoa Azul e da localidade de Santa Clotilde, que é um retransmissor responsável para o extremo da região de Santa Catarina, Diogo Vaz e regiões limítrofes. De facto, esse emissor não está a funcionar. Há problemas de renovação de baterias dos painéis solares, além de que o excitador mãe dos emissores principais de S. José e Macambrará têm problemas.

Há pouco tempo houve uma preocupação da Assembleia, se a emissão da TVS estava no ar ou não. Poderia de facto acontecer. Basta dizer que temos um sistema de excitador de emissores em Macambrará com uma capacidade para 250Watt e está a trabalhar a 5Watt, associado ao problema de cortes constantes de energia eléctrica e não tem sido possível alimentar de forma regular os emissores e retransmissores.

Gostaria de dizer também que esse problema dos emissores está associado a um conjunto de questões que se tem que resolver junto à CST. Temos que encontrar uma parceria, tendo em conta a necessidade de alimentação com a rede da EMAE, que chega aos emissores da CST, segundo informações que nos deram a conhecer.

Há de facto uma parceria que já vem de algum tempo a esta parte com a RFI, TV5Monde e a RTP África, que têm emissores instalados em S. José. Os emissores da RTP África têm uma programação que pode nos ajudar, sim senhor, os emissores da Televisão particularmente, também da Rádio Nacional, mas há uma programação automática que só entra em acção a partir das 15 horas. Não sendo possível entrar às 15 horas, temos a emissão em baixa até às 15 horas. Mas o problema não reside só aí. Já que coloca a questão, estamos a falar do estado da Nação. Meus senhores, temos agora o estúdio da Televisão Nacional que, se chover, os funcionários terão que descalçar para entrar. Água pelo corredor todo! As lâmpadas dos corredores não funcionam, por causa do curto-circuito, provocado pelas enxurradas. Estou a referir-me ao interior do estúdio da TVS.

Há um outro problema, e falo com alguma propriedade neste aspecto. Em 2014, eu havia deixado para a TVS 12 câmaras de televisão novas e mais duas ou três que já tinham algum tempo de vida. Neste momento, a nova Direcção da Televisão coloca-me o problema de falta de câmaras. Verdade, porém, é que não houve qualquer intervenção em termos de ajuda à Televisão, nos últimos tempos. A Televisão não tem uma única viatura capaz de garantir a cobertura. Recorri aos serviços da Primatura e tenho, por empréstimo, a título provisório, uma viatura que está a dar apoio à nossa Televisão.

Em termos de tecnologia de rádio e televisão, há um processo que deveria ser implementado já há algum tempo, mas não foi. Pilotei esse processo, que é o processo de migração do sistema analógica para digital. É uma demanda da UIT (União Internacional das Telecomunicações), porque poderemos correr o risco de ficar sem o sistema de comunicações moderno, medidas de exigência da modernidade. Esse processo de migração de analógico para digital está atrasado e temos o ano de 2019, em que isso terá que ser cumprido. São problemas que de facto ocorrem em países pobres, onde não existe condições, mas de facto faltou uma verdadeira atenção à comunicação social que, a bem da verdade, tem sido o parente pobre do Estado.

Há uma aposta desta actual governação em mudar o paradigma e o paradigma é fazer valer a instituição e os fazedores da comunicação social.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Tem palavra o Sr. Ministro do Trabalho.

O Sr. **Ministro do Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional** (Adlander Matos): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Em virtude da questão levantada pelo Sr. Deputado Guilherme Octaviano, sobre o atraso da pensão dos ex-combatentes, tenho a dizer que efectivamente há esse atraso. Têm recebido com regularidade a parte que descontaram para a Segurança Social, mas quanto à outra parte que está alojada no OGE, é aí onde se verifica o atraso. A informação que tenho dos serviços é que, neste momento, se fez uma transferência para a conta da Segurança Social. Neste momento, pagou-se a esses ex-combatentes 800 dobras, mas na verdade a dívida era de 2000 dobras. Só receberam neste Natal, como complemento, 800 dobras. Mas é importante, Sr. Presidente, porque o Sr. Primeiro-Ministro fez referência que não tem nada a ver com o atraso que temos no pagamento de subsídios a idosos que não contribuíram para a Segurança Social. Estamos a falar de atraso de 4, 8 trimestres, 2 anos, estamos a falar de atraso de 1 ano de pagamento de subsídio a mães carenciadas.

Quero fazer um apelo, através desta augusta Assembleia, porque seremos os idosos de amanhã e temos que olhar seriamente para os nossos idosos hoje, de forma diferente. Dois anos é muito tempo.

A Sra. Deputada Paula, do Distrito de Lembá, fez referência à situação da Segurança Social dos funcionários da Câmara do Distrito de Lembá. Posso confirmar essa situação, através da informação que obtive dos serviços, mas é preciso dizer que não é só um problema da Câmara de Lembá. A Câmara de Lobata e a Câmara de Lembá estão numa situação crítica, com incumprimento. Outras câmaras têm a situação mais ou menos regular, mas também verificamos algum atraso em termos de cumprimento.

O que acontece? Descontam os trabalhadores, mas não depositam no fundo da Segurança Social.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Isso é crime!

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem palavra o Sr. Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

O Sr. **Ministro da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural** (Francisco Ramos): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Não houve uma questão directa ao Ministério que dirijo, mas somente para dizer que, na Agricultura, ainda não fizemos o balanço total, mas as informações que temos é não se prejudica o País só roubando ou desviando fundos, mas sim, quando não honramos os compromissos com os financiadores.

Temos algumas direcções que, pelo facto de não justificarem os fundos, foram bloqueados os financiamentos. Essa atitude é má e prejudica em grande medida o desenvolvimento da agricultura.

A grosso modo, é isso que posso informar.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, chegamos à hora de intervalo e gostaria de submeter à apreciação dos líderes parlamentares se podemos continuar, ouvindo os dois ministros que faltam neste bloco, ou se suspendemos para retomarmos depois do intervalo. Temos uma regra e devemos cumpri-la. Cabe à Assembleia deliberar. Iniciamos tarde, mas temos tempo para cumprir as três horas que foram acordadas. Chegamos às 13 horas, é hora de intervalo. Se for para continuar, a Assembleia delibera, vamos continuar. Se deliberar o contrário, vamos suspender, retomaremos dentro de 1 hora.

Neste momento, temos cinco inscritos e dois ministros que os antecedem. Ouvimos os dois ministros ou vamos suspender agora?

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (Coligação PCD/MDFM-UDD): — Vamos suspender.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Amaro Couto.

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD): — Suspendemos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Subscrevemos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, vamos suspender por 1 hora.

Eram 13 horas e 5 minutos.

Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, vamos retomar os nossos trabalhos, está reaberta a sessão.

Eram 14 horas e 15 minutos.

Convido o Sr. Ministro da Saúde para prestar os esclarecimentos aqui solicitados.

O Sr. **Ministro da Saúde** (Edgar Neves): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Alguém dizia que já perdi o hábito, é verdade. Foram mais de 15 anos nesta Casa e tenho certamente algumas saudades, em posições diferentes, mas sempre com a mesma postura.

Dá-me prazer cá estar, sempre fui homem de debate político, com civismo, com elevação e estarei disponível para continuar a fazer com toda a serenidade que já me é característica.

Respondendo às perguntas que foram colocadas ao Governo, são situações que, na minha carreira, nenhuma delas é desconhecida. Importa agora, na posição em que me encontro, enquanto membro do Governo, encontrar soluções. Não são problemas novos, já existiam, foram se agravando nos últimos tempos.

Estamos a falar de vidas humanas. A questão levantada sobre os doentes que têm tido dificuldades para serem evacuados para Portugal, pelo facto de não terem o termo de responsabilidade, o governo encarou esta situação. Conheço quatro situações bem identificadas, três doentes com patologias cardíacas, não interessa entrar em pormenor de ordem técnica, e com uma hemorragia digestiva alta. Estamos a envidar esforços no sentido de resolver isto rapidamente. O Conselho de Ministros apreciou ontem esta questão, rapidamente encontraremos solução.

Em relação à evacuação de doentes da Região Autónoma do Príncipe para São Tomé, o problema também é antigo. E o que o Sr. Deputado António Barros disse corresponde à verdade. Há uma dívida acumulada de mais de 60 000 euros, que importa regularizar com a companhia aérea. É um dossiê relativamente delicado, mas que trataremos de dar a solução, encontrando sempre uma alternativa em relação ao outro agente, porque ninguém poderá morrer na Região Autónoma do Príncipe por não haver meios de transporte aéreo. Isso terá que ter uma solução imediata.

Passando ao terceiro aspecto, eu diria que é um cancro, o Hospital Ayres de Menezes, permitam-me a expressão. Mas o problema não se resume aos Hospital. O problema é extensivo ao Serviço Nacional de Saúde. Numa análise rápida, não podemos nem devemos focar única e exclusivamente o Hospital, mas tem-se que ver todo o sistema, dado a interligação que há entre os cuidados primários e secundários, passando pelos programas nacionais como a Malária, questão essencial, e os programas de HIV/Sida e Tuberculose, entre outros. Também é uma situação que, para mim, não é desconhecida e estamos a trabalhar no sentido de, logo a seguir à aprovação do Programa do Governo, termos todo o gosto em debatê-lo cá, e encontraremos seguramente medidas de emergência para atacar o problema e, em simultâneo, estudar os mecanismos correctos de gestão e administração.

Há uma questão, não basta abastecer o Hospital nem o Serviço Nacional de Saúde com medicamentos, reagentes e consumíveis. É preciso, em paralelo, ter mecanismos de gestão e administração sérios. E é preciso fazermos, necessariamente, uma avaliação daquilo que decorreu. Só assim poderemos identificar onde estão as falhas. Não há outro caminho. Não estamos a inventar a roda.

Srs. Deputados, é tudo quanto me cabe dizer neste momento. Estarei disponível, se eventualmente as minhas respostas não foram suficientemente satisfatórias.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Ministra da Justiça e Direitos Humanos.

A Sra. **Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos** (Ivete Lima): — Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional, Suas Excelências Vice-Presidentes da Assembleia Nacional, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Ao tomar a palavra nesta augusta Assembleia, para falar sobre o Estado da Nação, gostaria de reafirmar que um dos desafios deste Governo é virar a página da austeridade, devolvendo a confiança aos cidadãos e repondo a normalidade constitucional.

Falando concretamente dos Tribunais, gostaria de fazer uma pequena radiografia dos mesmos, neste momento. Há falta de magistrados, falta de recursos humanos e materiais e há uma negligência por parte de alguns funcionários judiciais, o que leva à morosidade nos processos. Logo, aquela confiança que os cidadãos tinham para com os Tribunais morreu.

Neste momento, temos 9 000 processos pendentes no Tribunal de Primeira Instância.

Falando sobre as dívidas dos Tribunais, neste momento, temos 39 mil milhões de dobras, na moeda antiga, com empresas privadas e públicas. Essas dívidas incluem também a dívida do edifício, onde funciona o Supremo Tribunal de Justiça, entre o Estado e o BISTP. À EMAE os Tribunais devem 9 mil milhões de dobras; à CST, 14 mil milhões de dobras. Também temos uma dívida de execução fiscal, que é a multa que a Direcção das Finanças atribui ao Estado, pelo facto de os Tribunais não pagarem o IRS, no valor de Dbs. 330.580.00.

Já que estamos a falar de dívidas ao nível do Ministério da Justiça, também temos uma de 390.000 dobras, a nível do cofre geral da Justiça, com as empresas públicas e privadas.

A nível orçamental, temos uma dívida de Dbs. 167.690.089.00, perfazendo um total de Dbs. 547.690 098. Tenho os comprovativos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. Ministras e Srs. Ministros, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, boa tarde.

Numas das intervenções que fiz aqui, nesta Casa Parlamentar, reclamava da necessidade de o Governo vir cá falar diante de nós, os Deputados, mostrando aquilo que era o País, aquilo que é o País real.

Sr. Primeiro-Ministro, na altura, quando o fiz, confesso que foi por um imperativo constitucional, mas não tinha a noção, juro-vos, do País que é hoje São Tomé e Príncipe, após 4 anos de governação do ADI. Eu estou em choque! Estou apavorado, com o quadro que Vossa Excelência traçou, sobre a realidade actual do nosso São Tomé e Príncipe.

A pergunta que se levanta, num momento como este, é: será que é para isso que o povo de São Tomé e Príncipe havia dado 33 mandatos ao ADI? Foi uma *lambança!* Só de ligação telefónica, contas mal feitas, eu estive a fazer os cálculos na base dos números que se apresentou, o Chefe do Governo de então gastava qualquer coisa como Dbs. 17.372, cifra actual, por dia com a comunicação, dinheiro que se pode utilizar para pagar três ou quatro quadros superiores, no actual contexto do País. E diziam que estavam a trabalhar bem, que o País estava no bom porto, no bom ritmo, no bom sentido, estava a ir bem. Para onde? Eis a questão, meus caros senhores! E é bom que este exercício que está a ser feito aqui, e que o povo está a ter a oportunidade de acompanhar em directo, para saber, em primeira mão, o estado em que o ADI deixou este país. Gastaram, só com viagens, USD 675.000 e não mostrar ao povo o resultado concreto do gasto desse montante para o País, é crime! Não podemos aceitar isto, independentemente das nossas filiações político-partidárias, porque este país está acima dos partidos políticos. Gastar USD 1.207.073.00, com comunicação! O quê que não se faria com um valor como este, para um país como o nosso, meus senhores? E queriam ir mais além. Isto é que me assusta. E se fossem por mais além, o que seria de nós, 4 anos depois? Um abismo total!

Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, em nome da Coligação da qual eu tenho o prazer de ser o Presidente do Grupo Parlamentar, gostaria de apelar-vos para, de forma desapaixonada, chamar os órgãos competentes da Justiça para agir, de forma a se pôr cobro a este tipo de situação. Quem errou tem que pagar, quem gastou mal o dinheiro do povo tem que pagar, e pagar, repondo. Se não tiver dinheiro, que se confisque os patrimónios, mas o povo de São Tomé e Príncipe não pode ficar sem o seu dinheiro...

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

...muita má-fé!

O Sr. Primeiro-Ministro disse-nos aqui, e de forma geral, que se aumentou o número de funcionários públicos, que o PIB baixou, a inflação aumentou, e disse-nos também que a reserva cambial baixou para 2 meses apenas. Só que disse também que os dados que nos apresentou ainda não eram acabados, porque não houve a passagem de pasta com o seu antecessor, e outras informações ainda estão por apurar. Eu tenho medo do dia em que apurarmos tudo. Talvez eu falte à sessão, para não ter problemas cardíacos.

O povo de São Tomé e Príncipe acompanhou de perto e saberá responder. Parafraseando alguém aqui nesta Assembleia, «o povo está de olhos abertos, povo de ontem não é povo de hoje, e saberá como cobrar».

Meus caros, não pode ser, não pode ser e não pode ser!

Sr. Primeiro-Ministro, ao longo do mandato passado, aliás eu até tinha desafiado o povo para andar de capacete, porque era lançamento de pedra para tudo quanto é lado. A verdade é que eu gostaria de chamar atenção, para o Governo ter em conta, se se respeitou ou não a Lei do SAFE. O n.º 2 do artigo 29.º proíbe categoricamente a contratação de serviços, sem que haja cabimentação. Se não se fez, é crime. E para a vossa salvaguarda, Sr. Primeiro-Ministro, o n.º 3 do mesmo artigo diz que não é responsabilidade do Governo, neste caso o actual, encontrar resposta. Responsabilize quem o fez.

Outro aspecto, Sr. Primeiro-Ministro, vimos e pela primeira vez na nossa história democrática, um primeiro-ministro com uma força militar assustadora. Qual é a situação de gasto, em termos de manutenção, dessa guarda pessoal do Primeiro-Ministro? Eu gostaria eu de saber, porque da forma que a coisa era, pelo menos, em termos de informação que temos, era muito dinheiro que podia ser usado para outros fins.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o quadro é extenso, e só lamento mesmo é que não temos tempo suficiente para discutir mais coisas, mas que fique registado.

Vou citar, para terminar, algo que disse o Primeiro-Ministro, que me assustou: «o futuro do País está comprometido». Quem comprometeu o futuro de São Tomé e Príncipe é o ADI e o seu Primeiro-Ministro. O povo tem que registar isto.

Muito obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado Sr. Deputado, Líder Parlamentar da Coligação PCD/ MDFM-UDD. Tem a palavra o Sr. Deputado António Quintas.

O Sr. **António Quintas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Distintos Membros do Governo, Caras e Caros Colegas Deputados, as minhas saudações.

Minhas saudações de boas vindas a este hemicycle da Assembleia Nacional ao Sr. Primeiro-Ministro, Jorge Bom Jesus, e o elenco que o acompanha, e dizer que a sua vinda representa dois momentos: o primeiro momento é um momento de paz, de alegria e de satisfação, por nos brinda com essas informações que o nosso país esperava.

O segundo momento é para dizer que a sua vinda coincide também com o momento especial por que passa este país, neste momento. Nós vivemos um período em que as pessoas sofreram! Há relatos que devem realmente ficar para estudos e outros para a história. Funcionários públicos, uns atirados ao ostracismo, ao desemprego, pelas opções que defendiam, outros humilhados, pelas opções que defendiam. No nosso São Tomé e Príncipe, habituados à liberdade, habituados ao debate, habituados a ver os cidadãos a discutir, interessados pelos problemas da Nação, sofreram com o clima de bufaria que existiu. E esse clima de bufaria que existiu, passo à expressão, não era só para os Deputados ou pessoas que até certo ponto tinham ideias diferentes. Também temos relatos de pessoas da mesma coloração política, que também passaram por isto.

O relato que o Sr. Primeiro-Ministro acaba de fazer mostra-nos o estado real do nosso país, quando, anos atrás, um teórico português teria dito que São Tomé e Príncipe, se não se cuidasse, caminharia para o estado de desintegração, longe de ele pensar que, em menos de 4 anos, ou há 4 anos a esta parte, as ilhas de São Tomé e Príncipe pudessem ter um diagnóstico de tamanha dimensão, como foi o diagnóstico apresentado pelo Sr. Primeiro-Ministro, no seu discurso de hoje.

Assistimos e ouvimos que de facto houve uma degradação do aparelho social jamais visto, e muitas informações ainda não foram passadas.

Nós, a classe política, que percorremos o País, de lés a lés, conversando com os cidadãos, pudemos ter de facto a dimensão real, prática, daquilo que disse o Sr. Primeiro-Ministro aqui.

Srs. Deputados, não trouxe o meu telemóvel, temos imagens que não usamos nos tempos de antena, são-tomenses a comerem na lixeira, ainda hoje limiar do século XXI. há zonas em que se transportam doentes com panos, quatro homens com panos, e estamos a falar de zonas a menos de 15 quilómetros da cidade capital.

E estamos num São Tomé e Príncipe com as dificuldades que conhecemos, mas é para, de facto, refrescar a memória de algumas pessoas que insistiam em vender um São Tomé e Príncipe falseado. Isto é para refrescar a memória da nossa imprensa nacional, e ouvi aqui o relato do Sr. Secretário de Estado para a Comunicação Social, em que ele falava da degradação da comunicação social, no aspecto físico, mas o convido também a voltar cá e a falar sobre a degradação dos conteúdos da comunicação social, do papel que a comunicação social estatal, nomeadamente a Televisão e a Rádio Nacional, teve para a conservação desse estado tão caótico do País, tentando passar a ideia de que tudo, de facto, ia bem.

A degradação social vai um pouco mais longe, degradação do aparelho de Justiça, os Tribunais, e aqui abro parênteses para dizer que é o órgão que, até certo modo, a Lei reserva alguma independência, mas vimos o que aconteceu nos Tribunais. Juizes que trabalharam a vida toda, foram afastados da forma como foram, pelo simples prazer de alguém querer controlar o aparelho judiciário. Em São Tomé e Príncipe, isto não pode continuar. Que se reponha a legalidade, Sr. Primeiro-Ministro! O povo de São Tomé e Príncipe confiou em si e no seu elenco, os Deputados da Assembleia Nacional, enquanto defensores da democracia, confiam em si e auguramos que o seu Governo, de facto, e para isso acho que tem apoio parlamentar, possa fazer com que seja reposta a legalidade.

Sr. Ministro da Defesa, Oscar de Sousa, alegra-me vê-lo no Governo, porque o senhor faz o povo dormir mais tranquilamente, quando está no poder. Sei que o senhor já não tem muita idade, qualquer dia vai ter que deixar o Governo, deixar essas lides, mas, antes de o fazer, crie condições para que, neste país, os cidadãos possam dormir e acordar tranquilamente.

Ah, esqueci-me das nossas crianças que foram forçadas a acordar mais cedo, porque alguém entendeu, com um simples decreto, mudar a história deste país, mudar os aspectos geográficos do País, fazendo com que ganhássemos mais uma hora. Esqueceram-se das condições das nossas estradas, esqueceram-se que as nossas crianças precisam de paz para aprenderem, e mudaram a hora. E ainda bem, felicito, pelo facto de o Governo ter tomado a sábia decisão de devolver-nos a nossa hora e permitir que os nossos galos voltassem a cantar em paz.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Mas quem vos fala é um membro do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, um Grupo Parlamentar com história, que conhece as suas responsabilidades. E se o nosso País esteve assim, temos que o assumir. É que, no quadro da degradação, os partidos políticos todos também se deixaram degradar.

Se o nosso país ficou assim, é porque não fomos capazes, nos nossos partidos, de promover as reformas necessárias, para permitir que os partidos políticos, enquanto o baluarte da democracia, pudessem ser a salvaguarda dos interesses do nosso povo. Por isso é que eu faço um apelo ao Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, da Coligação, e até, porque não, ao Grupo Parlamentar da oposição, no sentido de também propormos medidas, para permitir que os partidos fortaleçam e que não dependam de um homem ou de uma pessoa. O que aconteceu no nosso país merece estudos mais aprofundados.

Muito obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado António Quintas. Tem a palavra a Sra. Deputada Cristina Dias.

A Sra. **Cristina Dias** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Caras e Caros Deputados: Eu não vou tecer considerações acerca das exposições feitas pelo Primeiro-Ministro, pois os que me antecederam já o fizeram. Passo directamente a colocar algumas questões que nós, o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, gostaríamos de ver clarificadas. São questões que jogam muito com a vida da nossa população e com a sobrevivência do Estado são-tomense.

Sabemos que houve troca de moedas por parte do anterior governo e gostaríamos de saber em que situação se encontra esse processo, porque também soubemos que, depois do processo concluído, houve partilha de subsídios entre os membros do Conselho de Administração. Não sabemos se isto é legal ou não. Não sabemos qual foi o valor partilhado entre os membros do Conselho de Administração e não só.

Outra questão, tomamos conhecimento, nas redes sociais, do que se usou para denunciar muitas coisas da má gestão do anterior governo. Gostaríamos de saber qual é o valor total exacto utilizado pelo anterior governo, proveniente do Instituto Nacional de Segurança Social, que foi usado pelo anterior executivo em benefício próprio. Eu não sei, porque me parece que era para cobrir despesas com viagens. Ouvimos aqui o atraso no pagamento de alguns pensionistas reformados, portanto, gostaríamos de obter essa informação.

Outra pergunta que eu gostaria de colocar é directamente para o Ministro de Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente. Houve a política de esticar o fio, tem a ver com a EMAE, temos conhecimento de que houve um contrato assinado no Ministério, não sei se o Sr. Ministro tem conhecimento, depois houve assinatura de *n* adendas. Não estavam orçamentadas ou, se estavam, não sei se o procedimento cumpriu todos os trâmites, mas gostaríamos de saber, durante essa política, qual era o valor exacto de esticar os fios que levaram a energia. É verdade que é um bem para a população, mas não conhecemos o valor exacto e como foram os procedimentos desse mesmo contrato.

A outra questão tem a ver com as dívidas ocultas, portanto dívidas ocultas das empresas. O Sr. Ministro referiu-se às dívidas das empresas públicas, mas mesmo que não tenha essa resposta aqui, seria bom que o Governo nos facultasse o valor exacto da dívida do Estado são-tomense, dívidas internas e externas.

São essas as questões do nosso Grupo Parlamentar.

Sr. Ministro da Saúde, não sabemos se o Governo tem noção de quantos doentes temos em Portugal, que dependem da ajuda do País. Daqueles 50 euros que o Estado são-tomense costuma atribuir para o pagamento de passes de transporte, e não só, se há algum pagamento em atraso, o que é que se pode fazer para melhorar? Eu sei que o Projecto Saúde para Todos veio para diminuir o número de evacuação médica, mas tem surgido muitas patologias que requerem mesmo a evacuação médica. Gostaríamos também de saber qual é a razão de levar tanto tempo para se marcar uma consulta em Portugal.

O Deputado António Barros falou da evacuação do Príncipe para São Tomé e das dificuldades que o próprio doente que tem uma junta médica encontra para conseguir o visto de entrada a Portugal, mas há a questão de doentes com junta médica, que têm muita dificuldade em sair de São Tomé, por causa da marcação da consulta em Portugal.

A última questão é dirigida à Sra. Ministra da Justiça. Ontem, fizemos uma declaração política, em que denunciámos uma série de crimes que foram cometidos, nos últimos 4 anos e que vêm aumentando de forma galopante. Gostaríamos de saber em que pé está a questão dos crimes de homicídio que aconteceram ultimamente, e se o Governo já tem alguns resultados dos inquéritos que foram feitos.

Muito obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Temos mais inscritos, mas tendo em conta que nenhum deputado do ADI usou da palavra, durante este período, vou fazer o equilíbrio e dar a palavra ao Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira. Peço a indulgência dos outros deputados que estão inscritos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. Ministras, Srs. Ministros, Caras e Caros são-tomenses, boa tarde. Na qualidade de Líder da actual oposição parlamentar, aguardei expectante, aliás, como todos os outros meus colegas do Grupo Parlamentar, pela apresentação do Estado da Nação que o Sr. Primeiro-Ministro, em menos de 1 mês após a sua nomeação, se propôs apresentar ao País e a esta magna Assembleia. Por isso, escutamos com a merecida atenção, quer a vossa intervenção, quer a intervenção dos distintos ministros e ministras. Na verdade, o discurso sobre o Estado da Nação de um governo assente numa coligação de partidos e que ainda não apresentou o seu Programa ao Parlamento, mais pareceu continuação da acção da campanha eleitoral, do que uma análise de factos, um diagnóstico sério e responsável de alguém que tem, doravante, a responsabilidade de governar o País e resolver os problemas com os quais se confronta. Aliás, constatámos uma omissão gravíssima, que consiste na ausência de um programa de acções concretas, com metas definidas, com o propósito de mitigar o que acha que não está bem e melhorar o que, eventualmente, considere que está bem, porque o processo de desenvolvimento e de realização dos anseios do povo é contínuo e sem fim, e

não se faz por meras conjecturas. Obviamente que o Sr. Primeiro-Ministro e o seu Governo têm dias para tal.

Sr. Primeiro-Ministro, o que sabemos é que o senhor, enquanto candidato a Primeiro-Ministro, bem como o seu Partido, MLSTP/PSD, fizeram, como é normal, um leque de promessas, dentre as quais: mudança de hora, baixa dos impostos, baixa do preço dos combustíveis, dos transportes escolares, das propinas e dos medicamentos, das consultas, da energia eléctrica, dos actos notariais, e ficarei por enquanto por aqui, ao mesmo tempo que afirmaram que o País vivia um estado de miséria, da fome, da ditadura e que tudo, absolutamente tudo, estava em pleno retrocesso. Qualquer um poderá deduzir que, face ao quadro negro e catastrófico da sociedade são-tomense que andaram a pintar, ao longo da anterior legislatura, propuseram essas receitas e remédios que apresentaram ao povo durante a campanha eleitoral, o que permitiu hoje o MLSTP/PSD conquistasse 23 mandatos, e a Coligação PCD/MDFM-UDD 5, representando a soma destes mandatos a parte do povo que acreditou em cada um de vocês. Por outro lado, outra quase metade dos são-tomenses não viu nem sentiu o País da mesma maneira. Acreditou que era preciso irmos mais além,...

Risos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Aplausos do ADI.

...que as coisas não estavam fáceis, mas os resultados estavam à vista, melhorias foram feitas, eram palpáveis e o País tinha de continuar a trilhar o caminho do trabalho, da estabilidade e das reformas.

Os nossos 25 mandatos são a expressão de uma larga camada dos são-tomenses que vivem no mesmo país, no mesmo território em que vive o Sr. Primeiro-Ministro, mas não vêem as coisas da mesma maneira. Longe disso, e não são os únicos, aqueles graças aos quais o nosso país pôde sobreviver na estabilidade e levar a cabo as reformas a que há pouco fizemos referência, não partilham igualmente a sua visão do nosso país.

As notícias falsas e sensacionalistas, muitas vezes difundidas ou amplificadas nas redes sociais não podem ser um método de governação. Os anúncios ou as denúncias que muitas vezes fazemos não resistem a uma análise cuidadosa, descomplexada dos factos, ou ainda a opinião isenta de terceiros, bem entendidos na matéria, o que acaba por colocar a questão de credibilidade.

Falar verdade e reconhecer as verdades não é somente uma questão ética, Sr. Primeiro-Ministro. É um imperativo para quem realmente está interessado em resolver uma equação, ou seja, um problema e propor uma solução viável. Falar verdade, Sr. Primeiro-Ministro, transmite confiança, porque as mentiras tendem a ter pernas curtas e o factor confiança é hoje fundamental para sustentar a acção e a decisão de quem investe, de quem empresta, de quem ajuda, de quem se solidariza, de quem se entrega e de quem se dedica verdadeiramente à causa, São Tomé e Príncipe.

S. Primeiro-Ministro, o País está parado há cerca de 3 meses. Um quarto do ano económico evaporou-se, não por culpa sua, mas por culpa do próprio calendário político, urgindo por isso tomar conta dos verdadeiros problemas do País, cada um fazendo o seu papel.

Como nós costumamos dizer, temos de avançar e pôr termo às acusações infundadas, às intimidações que alegam alguns, mas que não resolvem qualquer problema, não criam qualquer novo posto de trabalho, não criam riqueza, nem melhoram as condições de vida do povo, que é o fundamento e a razão de toda a acção política. A verdade, Sr. Primeiro-Ministro, é que São Tomé e Príncipe está melhor do que estava em 2014, quando o ADI assumiu o poder, através de uma maioria absoluta, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento humano. Não aceitar os indicadores internacionais do desenvolvimento, de boa governação, de liberdade de expressão, de luta contra a corrupção e de transparência, não aceitar que o nosso estado de desenvolvimento e de rendimento *per capita* faz hoje de nós um país de rendimento médio é isolar-se da comunidade internacional e de todos os seus mecanismos de avaliação e de intervenção. É sim, Sr. Primeiro-Ministro, em última análise, a negação de uma realidade, a negação do mundo em que vivemos. Um governo, pertença a que potência pertencer, não governa fora do mundo e do olhar dos outros. Os investidores privados, as instituições internacionais, os organismos de notação, os meios de comunicação internacionais e a própria opinião pública, nacional e internacional, estão atentos àquilo que se passa no interior de cada país, e nós não fugimos à regra.

A crise de energia que se vive hoje é uma crise ligada a problemas técnicos ao nível de manutenção e geradores, alguns dos quais não cobertos pelas garantias, ou seja, a nível da produção. Não tem nada a ver com a extensão da rede eléctrica, o chamado estica fio, nem tão pouco em excessos de ligações, ou seja, de procura em relação à capacidade instalada ou de produção efectiva. Falhas de gestão, sabotagem, incapacidade técnica? É necessário que isto tudo seja um dia esclarecido. Mas não podemos negar que o XVI Governo, chefiado por ADI, em 4 anos, levou energia de rede a todos os cantos do País...

Aplausos do ADI.

...dos mais longínquos e inacessíveis, como Claudino Faro e Santa Geni, ou ainda mais próximo dos centros urbanos, como Santa Luzia ou Ferreira Governo. O acesso à electricidade para o povo está realizado em quase toda sua totalidade e é um avanço nacional que ninguém poderá ignorar. O País tem hoje, Sr. Primeiro-Ministro, menos um problema para resolver.

Aplausos do ADI.

As estações de tratamento de água de superfície do Rio de Ouro, Ribeira Afonso, Lembá, Milagrosa...

Murmúrios do MLSTP/PSD.

...Sr. Presidente, posso continuar? O nosso Grupo Parlamentar manteve-se em silêncio, enquanto os outros usavam da palavra. Agradecia...

O Sr. **Presidente**: — Pode continuar, Sr. Deputado. Peço aos outros para terem um pouco mais de calma e respeitar o Sr. Deputado.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Obrigado, Sr. Presidente.

Ainda no sector de água potável, estão em curso melhorias significativas, incluindo na Região Autónoma do Príncipe. São mais de uma dezena de milhões de litros de água potável, todos os dias.

O que dizemos neste momento é que está feito e é menos um problema para o povo, uma conquista para o País e menos uma fonte de dor de cabeça para o Governo, mesmo se agora temos de requalificar a rede de distribuição. Temos hoje várias dezenas de quilómetros de estradas novas ou reabilitadas em São Tomé e Príncipe. Está feito. Essas realizações tiveram um efeito fundamental na nossa sociedade. É certo que estas realizações foram muitas vezes desprezadas por certos sectores da sociedade política, mas temos a convicção de que a política de infra-estruturação seguida pelo governo, nos últimos 4 anos, trouxe a inclusão de dezenas de milhares de nossos compatriotas que viviam nas roças e nos meios rurais, sem acesso a esses bens públicos essenciais que lhes são devidos por direito consagrado universalmente.

Sr. Primeiro-Ministro, estas realizações são problemas a menos para si e o seu Governo, mas é evidente que restam muitos problemas para resolver e são neles que devem ser concentrados os esforços da Nação. Muitos quilómetros de estrada estão por construir ou reabilitar, porque uma estrada tem um prazo de vida limitado e é sabido que as estradas também morrem e temos de as ressuscitar, se queremos que elas continuem a prestar serviços.

Tapar os buracos apresenta-se muitas vezes como a única solução possível, mas ela já não serve, quando as vias encontram-se em idade avançada e a intensidade de tráfego cresce a um ritmo nunca dantes visto. Quatro anos de oposição aguerrida permitiram a Vossa Excelência constatar que há 5 troços de estrada que é absolutamente necessário e urgente refazer. E passo a citar: a estrada de Bom-Bom/Trindade/Milagrosa, a estrada de Bobo-Forro/Madalena/Santo Amaro, a estrada de Ribeira Peixe/Porto Alegre, a estrada de Cidade Capital/Cidade de Neves, a estrada do Aeroporto a Pantufo.

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — Que vocês não fizeram.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Para além desses troços, Sr. Primeiro-Ministro, o País tem um ponto crítico que importa que seja resolvido...

Murmúrios do MLSTP/PSD.

Estamos no Estado da Nação!

Para além desses troços, Sr. Primeiro-Ministro, o País tem um outro ponto crítico que importa que seja resolvido e é agora a sua vez de mostrar aos são-tomenses aquilo que é verdadeiramente capaz. Falo da Cidade Capita do País, com todos os desafios que são necessários conhecer.

A Cidade de Santo António, a capital da Região Autónoma do Príncipe, tem todas as suas ruas refeitas, apesar das incorrecções detectadas pelo fiscal da obra. É certamente menos um problema para si e para o País inteiro.

Sr. Primeiro-Ministro, depois de resolver o problema dos geradores da EMAE avariados, sabotados ou com falta de manutenção, será preciso rever o modelo de gestão da Empresa. É preciso aumentar a capacidade de produção, iniciando ao mesmo tempo a imprescindível transição energética, para depois lidar com a problemática da facturação, da cobrança e, por último, da sustentabilidade global da EMAE.

O problema não é tanto a aquisição de mais geradores, Sr. Primeiro-Ministro, vindos de Angola ou de qualquer outra parte do mundo. Como já se apercebeu, certamente, mais de metade do parque de produção da ilha de São Tomé foi-se abaixo, há pouco mais de 3 meses. O que intriga é que, apesar dos esforços dos técnicos nacionais e estrangeiros, até agora não conseguiram recuperar os geradores e restabelecer os níveis de produção que se registavam antes do mistério que se abateu sobre a EMAE.

O abastecimento dos medicamentos em curso, fruto dos esforços do anterior governo, nos deixa, se calhar, alguns meses tranquilos. E agora, ou melhor, e depois. Depois são milhões de euros que têm que ser mobilizados, todos os anos, através de ajudas externas que, como se sabe, está em baixa particularmente neste sector.

Ao nível da educação, foram construídas mais de uma centena de salas de aulas, o Liceu de Guadalupe e escolas diversas. Tudo isto está visível e esta patente aos olhos de todos. Não se pode negar nem apagar.

Aplausos do ADI.

Vai ser preciso formar e empregar mais professores e profissionais de ensino a todos os níveis.

O porto Ana Chaves, uma infra-estrutura fundamental para toda a nossa economia e na sua relação com o mundo exterior está muito melhor aos serviços dos operadores económico e os equipamentos já adquiridos torná-lo-ão ainda mais operacional.

O mercado de Bôbô Forro está numa fase avançada de realização que já pode permitir a transferência dos comerciantes do mercado Côco-côco, cujos riscos de desabamento são cada vez mais evidentes. É preciso agir com coragem e determinação nesta questão particular.

Se é verdade que conhecemos um atraso grande na implementação do programa do empreendedorismo, devido à cessação da contribuição do financiador da altura, o novo Programa apresentado pelo XVI Governo Constitucional mobilizou 20 milhões de dólares e, por decreto, decidiu exclusivamente este montante ao empreendedorismo jovem para os próximos anos.

A afectação do montante de 20 milhões de dólares dos Estados Unidos de América ao empreendedorismo jovem do nosso país, comparando com o nosso PIB nacional, é uma decisão inédita, não só em São Tomé e Príncipe, mas igualmente em todo o Continente Africano.

Ouvimos críticas em relação ao número de funcionários e postos de trabalhos criados na Administração Pública, nomeadamente nas administrações autárquicas. Naturalmente aceitamos críticas, mas não percebemos, quando ao mesmo tempo nos acusam de não termos criado postos de trabalho, em um contexto em que a economia nacional e o sector privado, em particular, não cria suficiente emprego, para absorver a abundante mão-de-obra.

O Registo Civil e Notariado foi indiscutivelmente modernizado, bem como o Serviço de Emigração e Fronteiras. As custas judiciais foram reduzidas, mas para um melhor acesso à Justiça, ao mesmo tempo que o governo reduziu a taxa de constituição da hipoteca e isentou totalmente o levantamento das mesmas, após a liquidação do crédito, o que constituía um sério impedimento ao crédito líquido à economia.

A isenção de vistos de entrada foi, em partes, responsável pelo forte aumento do fluxo turístico, e São Tomé e Príncipe é hoje um destino turístico cada vez mais reconhecido e apreciado.

O paludismo, que era uma das principais causas da mortalidade no País e um dos factores inibidores do turismo, está controlado e quase eliminado ao nível nacional, mas é preciso consolidar estes ganhos, e a política de prevenção tem de encontrar novos parceiros e financiamentos.

Ainda no domínio do turismo, é preciso melhorar a segurança pública em todo o País, com particular incidência nas praias e na própria capital do País. É sim absolutamente necessário continuar a recrutar, equipar, formar e capacitar melhor os agentes da polícia nacional e obviamente pagá-los melhor.

A este respeito, já está publicado no *Diário da República* o novo índice para o cálculo da remuneração de todas as forças de defesa e segurança, o que entra imperativamente em vigor no próximo ano. É uma questão de justiça e de equiparação do método de base de cálculo para todos os servidores do Estado, o que não pode nem deve ser adiada.

A Guarda Costeira com mais navios e pessoal formado e a presença do navio português Zaire, a Unidade de Protecção Civil e Bombeiros, a reforma da Polícia Judiciária são exemplos de reformas e melhorias que devem ser consolidadas e reforçadas.

Foi finalmente aberta a nossa Embaixada em Cabo Verde e voltamos a nos encontrar com os nossos irmãos da República Popular da China, com a adoção da política de uma só China. A opção da política de uma só China, para além de uma decisão justa e conforme ao direito internacional trouxe vantagens inestimáveis para o nosso desenvolvimento económico e social, materializado num acordo assinado em 2017 e válido por 4 anos. O referido acordo inclui um donativo de mais de 140 milhões de dólares para sustentar as ações de cooperação entre os nossos dois países. A nova dobra, as reformas do sistema financeiro, a preparação para a introdução do IVA, os novos passaportes biométricos, seguros e internacionalmente aceites, por corresponder aos melhores padrões da actualidade, são acções que assumimos com a convicção de que tinha que ser.

Sr. Primeiro-Ministro, ao senhor cabe fazer o Estado da Nação. A mim, enquanto Líder da Bancada do maior Partido Parlamentar, o ADI, que foi governo durante 4 anos e que não tem receio de afirmar que pretende voltar a sê-lo no momento próprio, cabe repor algumas verdades e, numa atitude decididamente de oposição construtiva, chamar atenção de todas e de todos e, em particular ao seu Governo, ao realismo, pois encontrar bodes expiatórios para todos os males de que padece o País é uma tarefa fácil e, se calhar, pode ser aceitável nos primeiros 100 dias de governação. Depois disso, os são-tomenses o julgarão pela sua capacidade e pela capacidade de o seu governo realizar coisas que satisfaçam às suas crescentes necessidades.

O Sr. Primeiro-Ministro tem a consciência de que somos um país pobre, aliás foi dito aqui, que produz muito pouco e a pouca riqueza produzida é absorvida pelo nosso crescimento demográfico e as nossas insuficiências. Esta é uma realidade que nos acompanha há já bastante tempo e que tem que ser invertida num esforço colectivo.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, com tantos altos responsáveis do seu Partido e da Coligação na cúpula da administração central do Estado e dos institutos autónomos não podem estar surpreendidos com os cofres vazios, dívidas diversas e a situação financeira do País que, na sua essência, não mudou.

Gerir São Tomé e Príncipe com receitas aduaneiras que vêm registando uma baixa consecutiva, contribuições da comunidade Internacional que seguem a mesma trajetória, associada à crise económica mundial que aflige particularmente os nossos parceiros bilaterais, não é um exercício fácil.

Pagar todos os meses os salários da função pública, os subsídios, as horas extraordinárias, as bolsas de estudo, os doentes em Portugal, as Embaixadas, as contribuições das organizações internacionais a que pertencemos, contribuir para o financiamento da infra-estruturação do País e suportar o serviço da dívida externa, não é fácil, Sr. Primeiro-Ministro, e sabemos disto porque vivemos isso enquanto governo, em 4 anos consecutivos.

É com esta realidade que Vossa Excelência terá doravante que lidar e estamos todos atentos à sua capacidade e da sua equipa de lidar com estas questões fundamentais.

Os níveis de reservas cambiais têm explicação na análise da conjuntura económica e têm solução, com um custo associado: função da vossa capacidade negocial e da estratégia que entender seguir.

Os bilhetes do tesouro são mecanismos normais à disposição das finanças públicas e as dívidas têm de ser pagas. Não fosse o senhor o actual Primeiro-Ministro, um primeiro-ministro do ADI ou de qualquer outra origem teria de lidar com a actual situação do País para o qual o senhor e o seu partido prepararam-se durante 4 anos. Pagar os bancos, pagar as empresas, reestruturar a dívida, reduzir certas despesas, mobilizar recursos externos, negociar um novo programa com o FMI, são actos normais de gestão do mais alto chefe da administração.

Gostaríamos de saber, Sr. Primeiro-Ministro, depois das suas constatações e do seu elenco, o que pretende fazer, como pretende agir. As empresas precisam saber, os bancos precisam saber, os operadores privados pretendem saber, o povo tem que saber, tem o direito de saber o que vai acontecer daqui em diante. O FMI precisa saber onde e como o senhor vai encontrar receitas para financiar despesas adicionais que começam, à partida, com um Governo mais extenso do que o anterior e uma Assembleia Nacional que vai consumir mais orçamento.

Pagar as dívidas e particularmente o serviço da dívida externa é um imperativo que não se pode contrariar, mas contrair mais dívidas concessionais, ir à busca de donativos e sobretudo contrair boa dívida para as ações sensatas e imprescindíveis foi necessário e será sempre necessário no futuro, no contexto da realidade são-tomense. Aliás, o nosso rácio da dívida versos produto interno bruto melhorou sensivelmente e estamos indiscutivelmente hoje melhor que a maioria dos países com características semelhantes às nossas.

É no afã de fazer uma oposição construtiva que nós, o ADI, aconselhamos o senhor e o seu Governo, no sentido de manter um diálogo construtivo e sério com o FMI e dar o maior crédito aos seus relatórios, passados e futuros, bem como das demais instituições internacionais que conosco cooperam ou que simplesmente nos observam na nossa caminhada. Sem acordo com o FMI, a situação económica e financeira será irremediavelmente ainda mais difícil para as nossas populações.

O que vão fazer para baixar os impostos? Baixar o preço dos serviços públicos?

Sr. Primeiro-Ministro, é verdade que nem tudo o que prometeu é possível ou mesmo realizável. O ADI fez muito daquilo que prometeu, mas obviamente não conseguiu realizar tudo.

Acreditamos que o MLSTP/PSD e os seus aliados terão a postura esperada em democracia, para cumprir, pelo menos, com essas promessas que fora a bandeira da vossa campanha, sobretudo aquelas que não necessitarão mais do que um decreto do Conselho de Ministros, tais como: a mudança da hora, a baixa dos custos dos serviços públicos, a baixa do preço da energia, a baixa do preço dos transportes, a baixa do preço dos combustíveis, a baixa dos custos das consultas e a baixa dos custos dos medicamentos.

Garantir a paridade da dobra com euro, medidas de redução das despesas públicas ou de aumento de receitas, saúde pública, infra-estrutura, agricultura.

Vossas Excelências são hoje o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe e têm a obrigação de responder às necessidades de todos e todas são-tomenses, sem qualquer forma de segregação. Isto significa igualmente garantir os direitos e as liberdades a todos, a separação de poderes, a liberdade de imprensa, de manifestação, os direitos da oposição e tudo quanto participa de um Estado do Direito Democrático.

Estamos atentos, o povo está atento, a comunidade internacional observa-nos.

Sr. Primeiro-Ministro, a apresentação feita pelo vosso Governo sobre o Estado da Nação, aliás admitido aqui por alguns Ministros, que estão a escassos dias na função e não têm tudo, não nos convenceu. Da justeza da vossa análise e da vossa capacidade de gerir o País real, se não têm todas as informações, quer dizer que ainda não estamos a discutir o estado real do País. Aliás, para que não haja decepções, Vossa Excelência já veio dizer que a carga que lhe deram é muito pesada. A vossa análise está viciada à partida. Mais parece um exercício de justificações e desculpas antecipadas ou de culpabilização futura dos outros pelo seu insucesso.

Nada disso atinge ou atenua a nossa vontade genuína e a nossa determinação na construção de um São Tomé e Príncipe melhor, mais próspero e partilhado por todos. Por isso, ficaremos à espera da apresentação do seu programa de governação e, sobretudo, da apresentação do Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2019, com impostos mais baixos. Estes dois instrumentos determinarão o nosso juízo final e a Vossa qualidade de um capitão capaz, que sabe para onde está a conduzir o País, naturalmente com opções diferentes das nossas, mas obviamente coerente com as vossas promessas eleitorais.

Queremos, contudo, assegurar a Vossa Excelência e aos restantes membros do Governo que tudo o que fizer em benefício da justiça social, do crescimento económico e da melhoria das condições de vida do povo de São Tomé e Príncipe terá o melhor acolhimento da nossa parte.

Muito obrigado.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira.

Tendo já havido quatro intervenções, passo a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro, para esclarecer os assuntos, ou alguém que queira indicar do seu Governo.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo**: — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, obrigado pelas contribuições. Ouvimos uns e outros com dobrada atenção e agradecemos por isso, mas queríamos esclarecer o seguinte: o Governo está aqui porque jurou verdade, jurou transparência e jurou inclusão. Estamos há sensivelmente 15 dias de governação, vamos por etapas. Amanhã remeteremos à Assembleia Nacional o Programa do Governo, precisamente para trazer soluções.

O que estamos a fazer hoje são as primeiras constatações, o que constatamos a priori e, precisamente porque vamos remeter o Programa do Governo amanhã, decidimos que hoje começássemos com este exercício, que fomos claros em dizer que não é uma obra acabada e muito menos perfeita. Todavia, ficou também expressa a nossa intenção, até porque já desencadeamos este processo dos inquéritos das auditorias, internas e externas, e sabemos também, ao nível da Assembleia Nacional, que as CPI vão ocorrer.

Aplausos do MLTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O próprio Presidente da República, muito recentemente, na sua alocução, exigiu inquérito à EMAE. Não estamos a fabular, não podemos continuar a tapar o sol com a peneira. Vamos ver o País real. Já foram muitos anos e os últimos foram de muita crispação. Vamos mudar de página!

Eu agradeço a contribuição do Deputado Abnildo, enquanto advogado da oposição e, naturalmente, que foi brilhante na sua defesa, mas eu gostaria que tivesse um bocado de calma para esperar dentro de sensivelmente uma semana ou um pouco mais do que isso, quando debatermos o Programa do Governo, em que muito do que disse encontrará, de certeza, alojamento nessa altura.

Aplausos do MLTP/PSD e da PCD/MDFM-UDD.

Mas, neste momento, com toda a humildade que me caracteriza, e nós aqui o dissemos, o País não está bem. Não estamos a diabolizar, não estamos a vitimar ninguém. Estamos a dizer que o que vimos, e o que vimos em 15 dias, que é muito pouco tempo, se compararmos com os 4 anos. Ainda falta muito caminho. Este é o primeiro passo, pois o caminho faz-se caminhando. Mas é verdade que, em termos sociais e talvez mais do ponto de vista financeiro e económico, estamos quase à beira do precipício. Se formos mais além, cairemos no abismo.

Aplausos do MLTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Também queremos aqui dizer, por isso mesmo estamos aqui neste exercício quase inédito, não só por ser a primeira vez deste Governo, mas porque nos últimos anos não tem sido apanágio dos governos realizarem este exercício de esclarecimento, que eu não quero e não queremos que nos deixem trabalhar. Nós queremos que nos ajudem a trabalhar.

Aplausos do MLTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Porque, de facto, mudar de página implica governar com o poder e a oposição, e precisamos das vossas críticas. Estaremos aqui sempre que pedirem, para esclarecimentos, informações e tudo que realmente nos solicitarem.

Aplausos do MLTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O País chegou ao estado em que está, entre outras questões, e percebemos que de facto há muitos problemas que são estruturais. Este país não nasceu hoje, por isso não falamos de primeira vez. Não vamos fazer muito pouca coisa, não estamos aqui pela primeira vez. Portanto, o País já existe há muito tempo, o que eu queria aqui dizer é que o País chegou ao ponto em que chegou, entre outras questões, por causa da corrupção. Por isso, estamos a dar um sinal, a bandeira deste Governo será uma cruzada contra a corrupção, essa corrupção que é um cancro...

Aplausos do MLTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Essa corrupção que gangrena a sociedade e a economia. Por isso mesmo, a primeira medida que tomamos, que é de emergência, é que todos os Ministros, todos os membros do Governo, esta semana é a última, vão proceder à declaração dos seus bens.

Aplausos do MLTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Isto será avaliado no final da Legislatura.

Por outro lado, decidimos também adoptar um código de conduta, como eu tenho o hábito de dizer. Quem fizer a sua cama, como se diz na gíria popular, vai dormir nela sozinho. Portanto, demarco-me de tudo, porque quero transparência e rigor.

Aplausos do MLTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Queria, por último, porque vou chamar os Ministros para poderem responder às perguntas de uns e outros, alertar para o seguinte: vamos respeitar a separação de poderes. Somos o poder executivo, naturalmente vamos esperar que os Tribunais ajam em conformidade, mas eu quero também pedir ao poder judiciário, porque isto tem acontecido, já me tem chegado notas neste sentido, de que se está a proceder a concurso, recrutamentos, e não são só os Tribunais, tem acontecido em vários outros Ministérios, eu quero demarcar-me de tudo isto. Este Governo ainda não apresentou o seu Programa do Governo, para responsabilizá-lo, para legitimá-lo diante da Assembleia Nacional, teremos o mês de Janeiro para apresentarmos o Orçamento Geral do Estado. Um País que já carrega um fardo negativo, de tamanha monta do ponto de vista económico e financeiro, com uma Administração Pública com uma máquina tão pesada, eu acho que é de bom-tom, é eticamente e acho que é judiciousa que as várias instituições possam esperar a aprovação do Orçamento Geral do Estado para que possa proceder a recrutamentos e aos eventuais engajamentos.

Vou pedir a alguns dos Srs. Ministros, possivelmente das Finanças, de Obras Públicas e da Defesa, porquanto se fala muito da questão do golpe dos espanhóis.

Gostaria de algum esclarecimento já que estamos no Estado da Nação e estamos aqui para dizer tudo, para esclarecer tudo, naturalmente *a priori*, com informações ainda superficiais de que dispomos durante esses 15 dias.

Muito obrigado.

Aplausos do MLTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Primeiro-Ministro não anunciou o nome dos Ministros que vão responder seguidamente.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo**: — Virão os Ministros da Defesa, das Finanças, da Educação, da Saúde e da Justiça. Portanto, peço brevidade, porque resta pouco tempo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Defesa e Ordem Interna, para uma intervenção.

O Sr. **Ministro da Defesa e Ordem Interna** (Óscar Sousa): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, com a sua permissão, eu não vinha com a intenção de intervir, mas senti-me entusiasmado depois de ouvir as palavras do Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira. Estamos a 2 dias de 21 de Dezembro, dia de São Tomé Poderoso, e eu acredito muito em Deus, porque graças a Deus estamos todos aqui, em paz, em sossego, mas eu gostaria de contrariar o Sr. Deputado. Estive no Estado-maior, ontem, e não há água. Os soldados vão buscar água no Instituto Victor Sá Machado, para fazerem limpeza na enfermaria do Quartel. Passo lá diariamente, devido ao meu estado de saúde, sou diabético, e não há água na Enfermaria, no Centro de Medicina Militar. Há uma guarita, não sei se sabe, um espaço feito para os militares cumprirem o seu dever de vigilância, que está partida há alguns meses.

As instalações sanitárias estão em péssimo estado.

Eu acho que vou enumerar, então, o que é que aconteceu, ontem. No Estado-maior não há comida...

Vozes: — *Kêi...*

O Sr. **Ministro da Defesa e Ordem Interna**: — ...acho que este fórum não é para ser aproveitado para dizermos tanta coisa.

É falso o que está a dizer. Digo que é falso, e vou chegar lá, temos uma lei, a Lei de Programação Militar, através da qual foi prometido cerca de 50 milhões de dólares aos militares, e até agora não apareceu nada.

Uma voz: — *Kêi...*

O Sr. **Ministro da Defesa e Ordem Interna**: — Uma falsa promessa.

Bom, há uma situação: dois golpes de Estado, um em Junho e outro em Agosto, forjados. Eu vou desmontar! Eu vou desmontar!

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Temos um problema, em mãos, dos espanhóis que estão presos. Estão na Justiça, não vamos intervir, mas eles terão que ser postos em liberdade. Estivemos com o Embaixador e, por via diplomática, temos que encontrar uma solução; pela via jurídica, temos que encontrar uma solução e, inclusive, também política.

Em Abril, vi o contrato, que apareceu agora em Agosto, pois o Ministério e os serviços competentes já sabiam do golpe e conduziram mal o processo. Eu não vim preparado para intervir neste aspecto, mas é inadmissível, 4 meses que há militares suspensos. Conduziram mal o processo! Eu vou anular tudo!

Uma voz: — Muito bem!

Aplausos do MLTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Inclusive, o senhor desculpe-me, Sr. Ministro, em Junho, ouviu alguns desses indivíduos. Embarca no dia 27 de Julho, estando iminente um golpe de Estado, porque é que abandonou o País?

Uma voz: — Oh!

O Sr. **Ministro da Defesa e Ordem Interna:** — E vem o Estado-maior assinar um processo – eu não quis chegar a esse ponto, mas tenho que chegar – disciplinar, suspender uma série de oficiais, foram ouvidos e o original do processo desapareceu. Eu tive que perguntar aos colaboradores mais directos onde é que estava o original do inquérito. Desapareceu! Por amor de Deus!

Estou convencido de que temos que encontrar paz e sossego. Começamos anteontem a operação São Tomé Poderoso e recolhemos as armas todas. 90 homens especiais foram preparados, outros 90 especiais que estavam a mando directo do então Primeiro-Ministro. Das armas pesadas que recolhemos, vou dar um exemplo: 20 PKM foram entregues às Forças Armadas e estão a faltar os lança-quetos RPG-7. Vamos procurar essas armas e vamos contar com a colaboração dos que chefiaram esse grupo.

Essa operação começou e vai-se prolongar até ao dia 17 de Janeiro. Santo António será o fim. Já começou São Tomé Poderoso e Santo António vai encerrar.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Eu peço desculpa, estou nervoso, porque há oficiais, como Leopoldo, Rambo, parente próximo ou amigo do Sr. Deputado Arlindo, que está indignado, e eu espero, amanhã, abrir e iniciar o processo, desmontar. Não houve nenhum golpe de Estado! Foi tudo conduzido pelo senhor Kelve, que na altura era Procurador, que disseram: «vamos infiltrar gente lá dentro». Se infiltraram, já sabiam do golpe. E se havia golpe, o senhor não devia ter saído do País. Eu peço imensa desculpa, pela relação e consideração que eu tenho por si, mas queremos saber onde é que está o original do documento.

Obrigado, Srs. Deputados.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Ministro, mas antes de passar a palavra ao ministro seguinte, há um pedido de protesto, que é admitido. Quero dizer ao Sr. Ministro da Defesa e outros que os deputados aqui sentados já não estão em funções de ministro, logo, deve dirigir-se a eles como deputado e não como ministro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira (ADI):** — Sr. Presidente, estamos na Casa Parlamentar e o contraditório é saudável. O Sr. Ministro da Defesa, quando fazia o uso da palavra disse que, por outras palavras, se calhar, eu não estava a falar verdade, por assim em diante. Na minha intervenção, Sr. Ministro da Defesa, eu não falei do Sector da Defesa, daquilo que necessita, da água, da alimentação, do fardamento ou de outra coisa qualquer.

Em momento algum, na minha intervenção, levantei alguma situação sobre o golpe de Estado. Portanto, o Sr. Ministro da Defesa quis aproveitar o momento para fazer um esclarecimento. Fez, é normal, mas, em momento algum, na minha intervenção, frisei alguma falsidade no Sector da Defesa.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente:** — O Sr. Deputado Abnildo usou da palavra no âmbito do artigo 104.º, protesto, é admitido. O Sr. Ministro também, se quiser, tem o direito a contraprotesto.

Tem a palavra o Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul.

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul**: — Sr. Presidente, com a sua permissão, Sr. Primeiro-Ministro, eu tomo a palavra, por causa da questão do Banco Central.

Quero dizer à Sra. Deputada que estamos a levar a cabo um processo. Estamos a ver os Estatutos do Banco, a lei do País, como é a percentagem do prémio, estamos a fazer um trabalho como deve ser, para tomarmos medidas concertadas. Por isso, estamos a levar a cabo o nosso processo, como deve ser, e quero dizer aqui o seguinte: eu, pelo menos, quanto às Finanças, quando estiver aqui a falar, vou falar com números, números concretos. Por isso, sobre a situação financeira e económica deste país, vamos agora trabalhar com base, com os pés no chão, com números concretos, falarmos do que foi feito, investimentos, qual a dívida inerente, como é que estão os investimentos? Estamos a conseguir pagar? Como é que está o montante desse valor? Como é que foi feito esse empréstimo? E vou pedir ao Sr. Primeiro-Ministro, quando tivermos que fazer empréstimos, para virmos à Casa Parlamentar, discutir o empréstimo, para que todos saibam como é que será o empréstimo. Aí sim, os deputados, quando tiverem a palavra, vão falar, porque estão envolvidos no processo. Não terão informações que vão passar. Não. Conhecerão o processo e nos ajudarão a fiscalizar como é que serão os desembolsos, onde é que foram feitos os desembolsos. Por isso é que o Banco Central vai ter que nos ajudar a detectar todos os dinheiros do País que entraram, para sabermos o que é que está a acontecer de facto. Não queremos ter pressa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Ministro. Tem a palavra a Sra. Ministra da Educação.

A Sra. **Ministra da Educação e Ensino Superior** (Julieta Rodrigues): — Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, muito boa tarde.

Sr. Primeiro-Ministro, com a sua permissão, venho aqui neste púlpito, porque foi evocada a questão da educação, de acordo com a exposição do Deputado Abnildo.

É verdade que, ao nível da educação, alguns feitos observa-se, em termos de construção do Liceu de Lobata e algumas salas de aula, mas eu pergunto, quando os feitos são realizados, e herdo uma dívida de Dbs. 240 273 143 00 (duzentos e quarenta milhões, duzentos e setenta e três mil, centos e quarenta e três dobras). Ao nível de 27 empresas nacionais e internacionais...

Uma voz: — *Kêi! Batimborá!*

A Sra. **Ministra da Educação e Ensino Superior**: — Já com contratos estabelecidos...

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — O quê?!

A Sra. **Ministra da Educação e Ensino Superior**: — Algumas das empresas, nem podemos anular esses contratos, porque são empresas de renome internacional. Como é que eu chamaria isso? Má gestão! E ainda para associar, como é que se faz construção, em termos de infra-estruturas, deixando as crianças sem uma refeição quente, durante todo esse período? Sobretudo, no âmbito dos objectivos estratégicos da carta política educativa e dos compromissos internacionais, sabemos que temos que reduzir o abandono escolar, temos que ter um ensino qualificado e, para tanto, era necessário garantir a permanência das crianças nas escolas, com uma refeição quente mas, até então, não temos disponibilidade financeira para garantir. De acordo com a visita feita pela Ministra aos armazéns do PAM, hoje PNASE, todos vazios.

Muitos desses contratos, ainda com conflitos de interesse! Quando temos a nossa Televisão com problemas, há contratos com a TV-Andim e tem-se que pagar a cada programa «Cultivando o futuro» à TV-Andim.

Bom, já que estou no púlpito, aproveito também para esclarecer a pergunta que foi levantada pelo Sr. Deputado, Vice-Presidente, Guilherme Octaviano. Associando também a essas questões todas, continuo a referir que houve má gestão, quando temos alunos bolseiros, no estrangeiro, sem bolsas, há um ano. Por isso, a situação não é tão brilhante como se diz. Fazer obras, publicitá-las, como se tudo estivesse um mar de rosas e por baixo herdar uma tamanha dívida, chama-se isso, repito, má gestão.

Quanto a bolsas de estudos de Marrocos, não posso falar, como disse o Sr. Deputado, de clientelismo, porque o sector de bolsas sempre teve critérios para seleccionar estudantes para determinados países. Acontece, porém, que Marrocos disponibilizou 30 bolsas, mas essas bolsas não foram publicadas. Informação que tive é que essas 30 bolsas foram aproveitadas para dar aos estudantes que tiveram promessas de 50 bolsas da Turquia. Daí que as bolsas não seguiram os critérios tradicionais que se vinha efectuando. Mesmo dessas 30 bolsas, perdemos nove, porque só temos concretamente 20 estudantes que irão viajar, brevemente, para Marrocos.

O Sr. **Presidente**: — Conclua, Sra. Ministra, que é o limite do seu tempo.

A Sra. **Ministra da Educação e Ensino Superior**: — É o que tenho a apresentar.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, a Sra. Ministra da Educação.

Temos uma questão a propor ao Plenário, relativa ao tempo, tendo em conta que o Governo já não tem tempo e outros grupos parlamentares também têm um tempo reduzido. Gostaríamos de propor a redistribuição de mais 1 hora. É uma proposta da Mesa e o Plenário decide. Ou continuaremos com está, se um grupo parlamentar quiser ceder o seu tempo ao outro.

Uma voz: — Vamos trabalhar, o povo pôs-nos aqui para isso.

O Sr. **Presidente**: — Há uma proposta, vou solicitar aos respectivos grupos parlamentares para se pronunciarem.

Tem a palavra o Líder Parlamentar do MLSDTP/PSD.

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD): — Obrigado, Sr. Presidente.

É apenas para anunciar que o nosso Grupo Parlamentar disponibiliza 15 minutos ao Governo.

O Sr. **Presidente**: — Sendo assim, se calhar, já não é necessário fazer uma redistribuição. De qualquer modo, o pronunciamento de outros grupos parlamentar.

Tem a palavra o Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, que suporta o Governo, cedeu o seu tempo. Nós ainda conservamos o nosso tempo e queremos fazer uso dele, primeiro. Segundo, não concordamos com a proposta da Mesa de alterar. Eu penso que cada um deve gerir o seu tempo. Isso é gestão.

Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — É regimental, Sr. Líder Parlamentar. Eu não proponho nada que não seja regimental. Havendo necessidade, a Mesa propõe e faz-se a redistribuição. Mesmo tendo tempo a mais, esta 1 hora também seria distribuída ao ADI, mas já que há uma solução...

Tem a palavra a Sra. Ministra da Justiça.

A Sra. **Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos**: — Sr. Presidente, Caros Deputados, antes de responder à pergunta da Sra. Deputada Cristina Dias, eu gostaria de dizer que nós, o XVII Governo Constitucional, herdamos uma Polícia Judiciária (PJ) que foi transitada da Polícia de Investigação Criminal. Herdamos uma polícia com desmando hierárquico. Aquando da nossa visita, a primeira, à Polícia Judiciária, durante o encontro, pudemos perceber que quem tinha o comando da Polícia Judiciária era o Inspector Cotrim, no quadro da cooperação com Portugal, ao qual aproveito, publicamente, para agradecer pela colaboração dos trabalhos que desempenhou na transição da Polícia de Investigação Criminal para a Polícia Judiciária. Os quadros nacionais quase que não tinham voz. O Director viajou e não deixou um substituto. Não sabíamos quem era o director substituto. O subdirector viajou, deixou alguém a substituí-lo, foi a tal senhora com quem eu tive de entrar em contacto para organizar a PJ.

Outra questão, descontentamento total dos agentes e dos funcionários. Há um grupo de agentes que já estão lá há 10, 15 anos que não foram promovidos. No quadro da formação desta nova estrutura, também há um grupo de agentes que chegou, na semana passada, de uma formação de 2 meses, que também deve ser promovido.

Houve a Empresa Sola Maior que estava a fazer o laboratório e, no entanto, não vimos nada! Só estava lá um tipo de banca de cozinha e nada lá estava.

Outra questão, há bem pouco tempo, houve um incêndio na PJ e desse incêndio houve danos de valor considerável, no que diz respeito à electrificação.

No gabinete da INTERPOL, temos um sistema de base de dados, o servidor principal que contém várias informações, que está em perigo iminente. Portanto, todos os Srs. Deputados devem saber o que é um sistema de base de dados, onde tem o servidor principal de todas as informações que poderão pôr o País em causa.

Deparámo-nos com outra questão, as vítimas de violência e abuso sexual, quando dão entrada a queixas, não têm um médico para serem submetidas aos exames. Logo, muitas vezes, são obrigadas a pagar esses exames. As pessoas já estão traumatizadas, já têm uma situação bastante difícil, muitas vezes não têm dinheiro para pagar o transporte, e ainda são obrigadas a pagar. Caso não tenham dinheiro para pagar essas consultas, é-lhes vedada a possibilidade de realização do exame e isto leva à morosidade do processo.

Apesar dos pesares, a investigação dos crimes de homicídio e outros tem estado em bom ritmo.

Obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Saúde.

O Sr. **Ministro da Saúde**: — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: Eu vou ser muito rápido, porque, aliás, a minha intervenção pode ser inversamente proporcional à crise de medicamentos,

consumíveis e de reagentes, ou seja, a situação é demasiado insatisfatória. Falo de todo o sistema. Porque estamos no debate do Estado da Nação, não é o palco para falar das projecções daquilo que o Governo tem como proposta de solução, isso terá o devido momento. Entretanto, só para tentar responder, também não estamos numa sessão de perguntas ao Governo, o número de doentes em Portugal está a ser devidamente estudado, assim como estão a ser estudados os mecanismos de reduzir o processo de evacuação e ver o retorno dos doentes.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Ministro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Américo Pinto, do MLSTP/PSD.

O Sr. **Ministro da Saúde**: — Sr. Presidente, por lapso, era para tocar uma questão que tem a ver com a saúde e foi focada cá. Tem a ver com a hora. A mudança da hora é de uma complexidade tal, mas muita gente pode não ver a dimensão dos problemas causados por essa alteração, no âmbito psicológico, porque a hora actual choca com o nosso horário biológico estabelecido por nós próprios, por natureza. Isso traz transtornos terríveis.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Ele não sabe disso! Eu não consegui adaptar-me a isso.

Elê mandá um ská doentxi.

Risos.

O Sr. **Américo Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Colegas Deputados: Venho cá e quero dizer que, igualmente aos outros colegas que passaram por cá, estou perplexo. Perplexo, porque venho de uma instituição que sofreu duramente com o sistema de governação que durou 4 anos e venho com algumas preocupações: Eram três, mas vou suprimir a relacionada com a saúde, porque o Sr. Ministro falou sobejamente sobre o problema de saúde.

Quero dizer que o Distrito de Caué, dentro de pouco tempo, vai conhecer uma descontinuidade, por causa do estado de degradação muito avançada em que se encontra o troço que sai de Ribeira Peixe a Porto Alegre. Bem, está-se a falar de um país que quer apostar no turismo, o governo anterior muito falou do turismo, mas a estrada está intransitável. Um carro ligeiro não consegue ir a Porto Alegre. E temos outra preocupação. É que antes de chegar à cidade de Angolares, a estrada já adquiriu fissura e há uma parede de contenção que já está quase a cair no precipício. Portanto, eu gostaria que dessem uma atenção a essa questão.

Falando ainda dos valores avultados que foram utilizados para viagens, para comunicação e outras despesas, estou indignado, porque, enquanto Presidente da Câmara, fizemos algumas propostas de investimentos, incluindo jardins-de-infância, durante 3 anos consecutivos, que não nos deram atenção para a construção desses jardins. Quer dizer que conhecemos uma governação de exclusão e desrespeito aos direitos consagrados às nossas crianças.

Portanto, eu gostaria também de pedir encarecidamente ao Governo que trabalhasse em concertação, em colaboração e articulação com as Câmaras Distritais, porque durante os 4 anos passados as Câmaras Distritais foram muito banalizadas. Não se pode admitir que um Ministro se desloque a um distrito, sem que o Presidente da Câmara tenha conhecimento. É inaceitável. Portanto, sem falar de outros comportamentos arbitrários e condenáveis, sem regras de diplomacia.

Eu fico por aqui.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Américo Pinto.

Tem a palavra Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Sr. Presidente, agradeço por ter-se lembrado do Movimento do Distrito de Caué, porque são poucas as vezes em que se pronuncia o nome desse Movimento. Muitos fazem de conta que esse Movimento não existe, mas existe.

Antes de mais, por ser a primeira vez que tomo a palavra nesta legislatura, gostaria de juntar a minha voz à de aquelas e aqueles Deputados que me antecederam. Gostaria felicitar o Sr. Presidente da Assembleia Nacional, mais os seus colaboradores, e desejar sucesso nessa caminhada que sabemos que não é fácil.

Queria cumprimentar também caras e caros Deputados, o Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco governamental, e desejar êxito nos vossos trabalhos, para fazer com que São Tomé e Príncipe seja um São Tomé e Príncipe que todos nós desejamos.

Para não deixar indiferente, queria agradecer também o povo do Distrito de Caué, de Angra-Toldo-Praia a Ilhéus das Rolas, pela sabia decisão, no dia 7 de Outubro, em depositar a confiança no Movimento de Cidadãos de Caué, porque isso já fazia sentido há muito tempo. Gostaria de agradecer-vos do fundo do coração e dizer que podem contar connosco, pois não iremos decepcioná-los na escolha que fizeram.

Tomando a palavra naquilo que me trouxe aqui, primeiramente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. membros do Governo, acompanhei atentamente a explanação que foi aqui feita neste debate sobre o Estado da Nação, o Sr. Primeiro-Ministro fez-nos um Raio X daquilo que é o nosso São Tomé e Príncipe, e queria dizer que era de esperar que o São Tomé e Príncipe que queremos para o futuro não é este.

Sr. Primeiro-Ministro, caras e caros Deputados, os problemas já estão identificados. Querendo ou não, já estão. O que queremos, daqui para frente, são medidas...

Vozes do MLSTP/PSD: — Auditoria.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Auditoria em todas as Câmaras Distritais e na Região Autónoma do Príncipe...

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Em todas. Nenhuma pode ficar de fora, porque é só assim que vamos saber, na realidade, quem é quem.

Gostaria de dizer ao Sr. Primeiro-Ministro que tome medidas. Se tomar medidas, conte comigo, porque eu sou contra a corrupção, contra as injustiças.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Se há injustiça, eu sou contra, porque sou cristã.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Muito Bem!

A Sra. **Beatriz de Azevedo** (MCI): — Porque a Bíblia diz que o que não comemos, não devemos dar aos outros para comer. Então, se queremos, na realidade, um São Tomé e Príncipe diferente desses 43 anos que já passamos, então, todos nós temos que nos consciencializar naquilo que na realidade queremos para São Tomé e Príncipe.

Uma voz: — Amém!

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Teremos todos que nos consciencializar. Não é agora que vamos jogar pedra, porque é aquele. Eu digo, se um dia Beatriz Azevedo enveredar-se pelos actos de corrupção, ou seja, de qualquer coisa que for, punam-me, porque só assim as outras pessoas que virão irão dizer que aquela fez mal, foi punida e foi presa». Então, Sr. Primeiro-Ministro, se for assim, conta com o meu apoio, conta com o apoio do Movimento de Cidadãos do Distrito de Caué.

Muito obrigada.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente:** — Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, boa tarde.

Em primeiro lugar, gostaria de expressar os meus sinceros agradecimentos ao Sr. Primeiro-Ministro, pela sua humildade na exposição dos problemas, na radiografia do País, e dizer-lhe que, não obstante não poder ser aqui ser o mais sincero possível, de acordo com a minha característica, gostaria de manifestar total apoio à sua pessoa.

Em segundo lugar, não vim cá para responder às acusações que foram feitas aqui pelo Ministro da Defesa e Ordem Interna. Agradeço a exposição, agradeço a sua frontalidade, porque somos conhecidos de águas muito longe, portanto não de agora, conhecemos os defeitos de cada um, sabemos como é que cada um se comporta, já nos conhecemos há muitos anos. Portanto, não é novidades na forma como expôs aqui os problemas. Só o contrario pelo que disse depois. Pela imensa consideração que tem comigo, não esperava que pudesse tratar esse assunto desta forma. Mas como eu não vim cá para justificar nada, e não tenho que justificar, porque nesta Casa não se faz julgamentos, só gostaria de dizer-lhe uma coisa e também lhe dar garantia de toda minha disponibilidade, de poder responder por todos os actos que pratiquei. Por todos! Se inventei alguma coisa, eu devo ser punido. Se achar que eu devo responder por todas essas questões que diz que eu inventei, que me chamem à entidade competente, para que eu possa esclarecer e possa dar o meu ponto de vista sobre isso.

Aplausos do ADI.

Por outro lado, gostaria também de lhe dizer que eu, devido à minha forma de estar e ser, não prejudico ninguém, não invento nada contra ninguém. Agora, se o senhor chegou à conclusão de que eu inventei alguma coisa, o senhor tem todo o mecanismo ao seu dispor, para poder agir, e estarei disponível, não é preciso solicitar o levantamento da imunidade, porque eu estarei disponível para responder, em qualquer lado. Por isso, gostaria de dizer só uma coisa, para terminar. O Governo não faz julgamentos. Eu fiz o trabalho que fiz, de acordo com os interesses do Estado. Fiz o que fiz, não investiguei nada, não construí processo nenhum. O que fiz é entregar todos os dados que estavam disponíveis às autoridades judiciais, para continuidade das investigações. Portanto, esses dados foram entregues e não fui eu como Ministro, como membro do governo, a dizer que houve crime disto ou daquilo. Portanto, meu amigo, Ministro da Defesa e Ordem Interna, Óscar Sousa, continuo a ser aquela pessoa que o senhor sempre conheceu, e quero aqui garantir que eu não tenho medo de nada, não vejo fantasmas em lado nenhum, não estou contra ninguém, estou disponível para fazer tudo que seja, para o bem de São Tomé e Príncipe, que seja na defesa dos interesses de São Tomé e Príncipe. Não sou servidor e nem estou a serviço de ninguém. Portanto, esta é a minha forma de ser e espero que entenda qual é a minha posição.

Outra questão que foi levantada pelo Sr. Ministro da Defesa e Ordem Interna é sobre as condições que existem nos quartéis. Nós sabemos e o senhor sabia que a manutenção dessas instalações é caras, e o Estado não tem capacidade financeira para isso. Toda gente sabe. Temos dificuldades em poder alimentar as tropas, constantemente estamos a pedir o reforço de alimentação, estamos a obter, é preciso reflectir sobre o que temos, é preciso reflectir sobre isso. Por isso, não há questão de alguma camuflagem, daquilo que eu entendi que senhor quis dizer, que eu inventei alguma coisa, porque acho que não é um caminho certo para estarmos a falar de invenções, de construção de provas, ou construção de alguma coisa. Não é o caminho certo, não vamos por esse caminho. Eu aconselho que não enveredemos por este caminho, para depois não provocar outras coisas, provocar de falemos de coisas que não sejam necessariamente para este fim.

Por isso, manifesto-me mais uma vez disponível para aquilo que pretendam fazer e estarei disponível para responder, seja no Ministério Público, seja no Tribunal, pelos actos que eu pratiquei e espero que as pessoas entendam a minha posição.

Por isso, mais uma vez, Sr. Primeiro-Ministro, muito obrigado, pela sua humildade.

Sr. Ministro da Defesa, muito obrigado, pela sua frontalidade.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Arlindo Ramos.
Tem palavra o Sr. Deputado Arlindo Carvalho, para uma intervenção.

O Sr. **Arlindo Carvalho** (Coligação PCD/MDFM-UDD): — Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, muito boa tarde.

Eu fico fascinado por números. Gostei bastante quando o Sr. Ministro das Finanças veio cá dizer que cada vez que apresentar dados, vai apresentar sobretudo com base em números. Falou-se aqui em números. Relativamente ao produto interno bruto, em que o País registou um decréscimo, passou de 6.5, em 2014, para 3.9, em 2017, e se prevê o decréscimo de 2.3% em 2018.

Falou-se aqui de inflação, 6.9 em 2014 para 7.7 em 2017, e prevê-se 9.1, portanto, há um crescimento em termos de inflação.

Falou-se aqui de dívidas que passaram de 244 milhões, em 2014, para 332 milhões, isto só em relação a dados preliminares, um crescimento 91%, mas há uma informação relativa ao paludismo que eu não gostaria de deixar passar. É a minha área e é importante que não sejamos apanhados de calças na mão quanto aos dados falsos em relação ao paludismo.

Há um programa que teve a sua intervenção com início em 2004/2005, com várias estratégias de intervenção. Para dizer que os melhores resultados em relação ao paludismo foram observados em 2007 e 2014. Depois de 2014, os dados nunca mais foram iguais.

Foram sempre pior a partir de 2014...

Uma voz: — kei! Mesmo assim, gente...

O Sr. **Arlindo Carvalho** (Coligação PCD/MDFM-UDD): — Em 2014, em números absolutos, os casos rondavam 1900 e a partir daí foram sempre mais de 2000.

O Sr. **Presidente**: — Conclua, se faz favor, Sr. Deputado, porque o seu tempo já esgotou. Ok, tem mais 2 minutos dados pelo Movimento de Caué.

O Sr. **Arlindo Carvalho** (Coligação PCD/MDFM-UDD): — Obrigado.

Para dizer que é preciso o envolvimento de todos, para que se elimine o paludismo em São Tomé e Príncipe, mas não confiemos que os dados apontem para a redução, para o decréscimo. Os dados são piores em 2015/2016 e 2017 e 2018 vai ser pior. De maneira que é preciso trabalho e o envolvimento de todos.

Peço ao Sr. Ministro da Saúde para ter uma atenção particular a este problema de saúde, que é um problema grave em São Tomé e Príncipe.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Maiquel do Espírito Santo.

O Sr. **Maiquel Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, Sras. e Srs. Deputados, muito boa tarde e que a paz esteja com todos nós.

Vozes: — Amém.

O Sr. **Maiquel Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — A juventude a é maior parte da população, se assim podemos considerar. É mesmo. No anterior governo, a juventude foi chamada a fazer parte de um processo a que ela não teve acesso. Entretanto, queríamos saber em que pé está o projeto de empreendedorismo jovem, que tanto se propagou, que já existia o financiamento e muito mais. Seria bom haver esta política de continuidade. Daí que gostaríamos de saber em que pé está o processo.

Também, quanto aos pólos desportivos, sabemos que houve vários investimentos, muito dinheiro foi investido para isso e para os jogos da CPLP. São infra-estruturas que já temos e a pergunta é: como conservá-las, sobretudo para que os jovens possam beneficiar da melhor forma desses espaços?

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado Maiquel.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, poderia ter usado da palavra no pedido de esclarecimento ou como protesto, mas decidi usar o tempo do meu Grupo Parlamentar, apenas para dizer às Sras. e Srs. Deputados que, quando eu falo, procuro falar com propriedade. Em momento algum usei cifras ou dados concretos sobre o paludismo. Fiz um contexto do qual o estado do paludismo é favorável à vinda dos turistas para São Tomé e Príncipe. Penso que quando as pessoas respondem, devem contextualizar.

Falou-se de dívidas. Eu não entendo, se calhar eu preciso de ler alguns manuais sobre como é que deixar dívidas significa ser mau gestor. Um governo que constrói um liceu ou salas de aulas, ou qualquer obra, se ele não consegue pagar as suas despesas, durante o seu mandato, eu não acredito que isto seja má gestão. Por esta razão, eu não entendo, sinceramente. Temos que clarificar, se calhar, a questão de má gestão.

O Governo fez bem, fez as suas acções. Agora, como disse o Sr. Deputado Arlindo Ramos, e aqui falo directamente ao Sr. Primeiro-Ministro, o senhor que lidera este Governo, o Governo não faz e não deve fazer julgamento. Se existe alguma coisa, cabe fazer inquéritos ou inspecções aprofundadas e entregar às instâncias competentes.

O que estamos a assistir aqui é que o Governo está a fazer acusações. Já estamos neste campo, falemos a verdade. E alguns de estão a embarcar nesta situação. Falou-se aqui em nova maioria, nova maioria. Algo novo pressupõe mesmo algo novo. E não queremos nova maioria com coisas velhas. Portanto, isto de acusações, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, instem as instâncias competentes, façam inspecções, façam inquéritos e provem. Aí sim já se pode fazer acusações. Neste momento, é escusado fazermos acusações, e muitas delas infundadas, quando as pessoas nem estão nesta Sala para poderem responder A ou B.

Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, insisto para não alongar neste processo, porque será uma redundância. À política o que é da política e à justiça o que é da justiça.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso, para uma intervenção. Relembro que só tem 1 minuto dado pela Bancada do MLSTP/PSD.

O Sr. **Felisberto Afonso** (Coligação PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, serei breve.

Quero felicitar o Ministro da Agricultura e o Secretário do Comércio.

É para dizer ao Ministro da Agricultura que temos uma caminhada muito longa. A agricultura é nossa mina de diamante verde, mas há muita praga que está a atacar o nosso solo e no mercado não há medicamentos. Não temos medicamentos e os agricultores estão à sua sorte.

Tenho pouco tempo, vou esperar pelo Orçamento Geral do Estado e poderei falar melhor da agricultura.

Quero também felicitar o Secretário do Comércio e pedir-lhe que, na distribuição do arroz, não haja corrupção. Mesmo se um deputado quiser 100 ou 200 sacos, não dê. O arroz é para vender para as populações. No XVI Governo, a maior parte dos responsáveis comprava o arroz, colocava no armazém e depois revendia mais caro. Não queremos esse trabalho. Quero que o senhor meta ordem naquilo, porque o arroz é para toda a população de São Tomé e Príncipe.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aérton do Rosário, para uma intervenção.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu Elenco, Sras. e Srs. Deputados, muito boa tarde.

Eu não tinha a intenção de falar, mas ouvindo a última intervenção do Sr. Deputado Abnildo, senti-me na obrigação de vir responder, quando disse que o crédito não configura uma questão de má gestão. Trago aqui um exemplo do crédito do fundo do Kuwait, que o Governo remeteu à Assembleia Nacional, no dia 22 de Novembro, e que foi aprovado, para a construção e modernização do Hospital Ayres de Menezes, mas até agora não se sabe o paradeiro do dinheiro, a obra não iniciou. Isto configura o quê? É um crédito que configura má gestão ou não?

O crédito é uma dívida, por isso gostaria de convidar o Sr. Ministro das Finanças, se for necessário, junto à Assembleia Nacional, para pedir uma cópia do processo do crédito kuwaitiano, para averiguar o paradeiro do dinheiro.

Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado Aérton do Rosário.
Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros, para uma intervenção.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, fico muito nervoso quando vejo os números e por saber que o anterior primeiro-ministro gastou, com viagens, cerca de 675 000 dólares, quando tenho os meus irmãos no Príncipe a correr risco de morrer, porque não pagaram 60 000 dólares. Aqui se faz, aqui se paga! Santo António do Príncipe vai tomar providência disso!

O anterior governo gastava para fazer bufaria, quando eu tenho alunos no Príncipe cujos pais não têm condições nem para pagar bolsa interna.

Sra. Ministra, fiquei triste por saber que se perderam 9 bolsas, quando tenho alunos no Príncipe com problemas de bolsas, alunos que terminaram a formação. Isto não é normal! Peço aqui encarecidamente a quem está aqui a defender esse fugitivo, para ter cautela. Todos os ex-primeiro-ministros, todos os ex-ministros, todos os ex-presidentes da República saem e vivem aqui no País. Onde é que está esse? Só sabe viver no País quando esta no poder. Que brincadeira é esta? Temos aqui exemplos, e quero felicitar os ministros cessantes que estão aqui nesta Bancada Parlamentar. Isto é que é ser são-tomense!

Mas estão a defender quem? Que nacionalidade? São-tomense, que fez tudo que fez e fugiu do País? Minha gente, concentração! Peço ao povo de São Tomé e Príncipe, sobretudo o povo do Príncipe, para registar isso. O Primeiro-Ministro que está a cortar banha fugiu do País cheio de banha, com o peito gordo como morcego. Veio cortar a banha dos outros, de coitados, de filhos de pobre, cortar banha de toda gente, para aumentar a banha dele. Isto é normal? E ainda há pessoas aqui para defender esse indivíduo?

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado António Barros.
Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Rita, para uma intervenção.

O Sr. **Ana Rita** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros: Para dizer a verdade, sinto-me ultrapassada. Só gostaria de dar um conselho aqui ao Ministro da Saúde, que falou sobre a gestão do Sistema de Saúde. É muito importante, porque sabemos da carência dos reagentes e medicamentos. Se não houver uma boa gestão, estaremos a apanhar água com cesto. Por isso, concentre-se na gestão, que é muito importante.

É tudo e muito obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sra. Deputada Ana Rita. Não havendo mais inscritos, passo de imediato a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro ou a quem delegar, para fazer uso da palavra.

Uma voz: — Há mais um inscrito.

O Sr. **Presidente**: — Ah, há mais 2 inscritos de última hora.
Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Rainho, para uma intervenção.

O Sr. **Mário Rainho** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e os respectivos elementos do Governo, Caros Deputados e Deputadas, boa tarde.

O que me traz cá é a comunicação social, refiro-me sobretudo à televisão. Esteve cá o Sr. Secretário de Estado, que levantou a questão. É para confirmar que os equipamentos da rede de televisão que temos em São Tomé são completamente obsoletos.

Falou-se cá da CST. A CST aparece neste cenário por ser um subcontratante da RTP e da RDP-África. Seria bom que se revisse o contrato, não sei qual é o seu conteúdo, mas para a televisão portuguesa e a RDP-África transmitirem em São Tomé e Príncipe há um acordo feito, em que os mesmos e o governo português assumem tudo que é manutenção e reparação dos equipamentos da TVS e da Rádio Nacional. E como a RTP e a RDP-África não têm cá técnicos, então adjudicaram isto a uma empresa nacional, a CST, que aparece só no sentido de fazer a manutenção e preservação do espaço, e tem-no feito, tem honrado esses compromissos. Só que há um limite. Quando diz respeito a alguns acessórios ou substituição de equipamentos, aí já não está dentro deste contrato.

Portanto, acho que se deve analisar o contrato, ver até que ponto se pode rever, porque há realmente coisas que não estão correctas.

Falou-se cá que há momento que a Televisão funciona, mas não há energia. No estúdio fica tudo muito bem, todo mundo sabe. Há um contrato e, num dos emissores que é São José, a RDP-África assumiu pôr lá um gerador. Ao invés de comprar para lá um gerador, foram a um privado alugar um gerador. E o privado o que é que faz? Como sabe que é uma zona onde há corte de energia por vezes, 2 a 3 dias, e o motor de emergência não está preparado para trabalhar a tempo inteiro, então, o indivíduo, para salvaguardar o seu material, programou o gerador. Portanto, só há energia naquela zona, caso não haja da rede pública, das 15 às 22 horas. Quando chega este momento, se não houver energia da rede pública, então tudo vai abaixo. Só a RFI que tem o seu gerador preparado para *full-time*. Se repararem bem, a TV5 está sempre no ar, porque tem um gerador específico.

Portanto, eu acho que se poderia rever este contrato, preparar um segundo gerador, de forma que um trabalhe 12 horas e outro, 12 horas, de forma a ter-se energia 24 sobre 24 horas.

A questão já não se põe em Macambrará. Em Macambrará, a CST, não está no contrato, garante a energia para os emissores em Macambrará. Eu asseguro-lhe, Sr. Secretário de Estado, que 95.4 e a Televisão têm energia em Macambrará, 24 sobre 24 horas. Só não está no ar quando o estúdio cá em baixo não emite para Macambrará. Aí não há sinal. Só neste caso.

Se repararem bem, estou a falar de um canal que se apanha aqui na cidade com ruído, não com muito boa qualidade. Por quê não com boa qualidade? Porque está dirigida para a zona Sul, para Caué. A parte de trás da antena é que reflecte um pequeno ruído que se apanha cá em baixo. É por está razão que a qualidade não é muito boa. Por isso, eu queria que dessem uma atenção muito especial a isto, Sr. Primeiro-Ministro. Caué carece de televisão, à semelhança do que está neste momento no Distrito de Lembá. Houve esforço que se fez e eu estive muito envolvido nisto, incorporei este processo até um certo ponto, mas há mesmo que se substituir os equipamentos, por um lado.

Por outro lado, o que quero dizer é que não estou cá como advogado de defesa de ninguém e não quero que me entendam assim. Política tem dessas, hoje se está a culpar o anterior primeiro-ministro. É verdade que tudo que ele fez não é correcto, há coisas que me arrepiou também quando tomei conhecimento.

Falar em auditoria, falar em sindicância, à semelhança do que tenho estado a ver aqui neste país, nem sei se vale a pena gastar dinheiro para fazer sindicância ou auditoria. Se se fizer auditoria e ler-se aqui como resultado, cai e morre na gaveta. O que adianta? Ou faz-se auditoria e vai-se até o fim, ou dá-se às instituições competentes para averiguar. Cada um tem que começar a pagar pelos seus erros. Também digo-vos uma coisa e é bom que escutem bem: além do Primeiro-Ministro que tomou posse no governo de transição, no dia 21 de Dezembro de 1974, que herdou o cofre cheio, hospitais em todos os Distritos e nas Roças, mini-hídricas em todas as empresas agrícolas, vacas, gados e tudo, depois disso, todos governos, se formos fazer as contas, todos os antigos Primeiros-Ministros até o santo dia de hoje sempre fizeram dívidas. Cada um à sua medida, um mais avançado e outro menos, mas não quer dizer que estou a defender que o XVI Governo deve ser nulo. Portanto, há que se chamar à responsabilidade e esperemos que seja a partir de agora uma referência, auditoria sim, sindicância sim, mais penalização.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Mário Rainho.
Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel, para uma intervenção.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco Governamental, Sras. e Srs. Deputados, muito boa tarde.

Gostaria de dizer que o meu colega Mário Rainho, como costuma dizer, tirou-me o pão da boca. Quer dizer que grande parte daquilo que eu vinha para falar, o Sr. Deputado já fez referência, sobretudo no que se refere à governação do País. Eu acho que é assim, estou com alguma dificuldade para participar no debate, porque a forma como o Sr. Primeiro-Ministro e os Ministros colocam cá a questão, incluindo também o Grupo Parlamentar que defende o Governo, parece-me que o País só começou há 4 anos...

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Piorou há 4 anos.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — ... quer dizer, estamos em um País que nunca existiu, e só há anos é que nós conhecemos o País. O País não tem 4 anos de vida. É preciso olharmos para isso, porque a radiografia que faz do País, até que eu compreendo, porque o senhor não tem tempo suficiente para fazer uma verdadeira radiografia do País. O senhor de facto não tem noção de muitas coisas que andou aqui a dizer, porque não teve tempo suficiente para fazer uma verdadeira radiografia do País. Por isso é que andou a apontar apenas os aspectos negativos, em maior parte das questões que aqui aflorou. Não compreendo como é que um governo, em 4 anos, só faz coisas ruins. Não compreendo.

Por isso é que eu dizia que tive alguma dificuldade em participar no debate. Até gosto, mas é quando me dá de facto o prazer e eu sinto que é um debate de facto, quando se trata de um debate em que, como dizia o meu colega, substituímos aqui o papel da justiça e fazer aqui as acusações, com um Ministro que vem para cá nervoso e outro Deputado que também diz que está nervoso. Quer dizer, isto dificulta um pouco o debate. Estou habituado a participar no debate em que o Governo e os Ministros estão à vontade, quando o

senhor tem Ministros nervosos. Por favor, vê se ajuda a acalmar os Ministros, para facilitar o debate. Estou a pedir que, para próxima, faça isto, por favor. Acalme os Ministros, para que o debate siga como deve ser.

Fico com dificuldade também, porque conheço um pouco de São Tomé e Príncipe, embora novo, e já tivemos vários governos nesta nossa República que, com a melhor das intenções, fizeram também muitas asneiras. Há asneiras que são feitas muitas vezes, não porque a pessoa quer fazer, mas o faz com a intenção de dar o seu melhor.

Gostaria também de manifestar a minha tristeza. E por quê? Porque se o debate é sobre o Estado da Nação e se o Governo de facto quer um debate sobre o Estado da Nação e os grupos parlamentares que suportam o Governo querem a mesma coisa, devem compreender que é preciso que o grupo parlamentar da oposição esteja presente. O que percebi durante vários momentos é que muitas das nossas intervenções eram interpretadas da forma como quiseram interpretar, o que nos dificultava de facto. Se quiserem que a gente participe no debate, estamos cá para isso, sem qualquer receio, porque de facto esta é a nossa missão, como é também a missão de outros Srs. Deputados, que é defender a população que nos elegeu.

Não gostaria de ser repetitivo, mas tenho que dizer isso, não compreendo como é que fazer empréstimo para fazer obras pode ser considerado acto de corrupção. Por isso, gostaria de desafiar o Governo a, no seu mandato, durante 1, 2, 3 ou 4 anos, o tempo que durar, não fazer nenhum empréstimo, não contrair dívidas? O que não acredito. Acho que todos os governos contraíram dívidas e este não fará diferente, obviamente, desde que possa contrair dívidas para fazer algo que de facto seja em benefício da nossa população.

Muito obrigado pela vossa atenção.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Ministro da Juventude, Desporto e Empreendedorismo.

O Sr. **Ministro da Juventude, Desporto e Empreendedorismo** (Vinício Xavier de Pina): — Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Srs. Deputados da Nação, boa tarde.

Com a permissão do Sr. Primeiro-Ministro, passarei cá algumas informações concernentes ao Ministério da Juventude, sobretudo as questões que foram cá colocadas pelo Sr. Deputado do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD. De facto a questão do empreendedorismo foi largamente falado ao nível do País, sobretudo das questões ligadas a 20 milhões de dólares. Neste momento, o Ministério da Juventude não tem este dossiê, não se encontra neste Ministério, tendo sido apenas um técnico indicado para acompanhar o processo, esse viajou dias antes de sermos empossados.

Ao nível de dossiê apenas temos dois protocolos que assinamos junto ao Ministério do Trabalho, quase nada temos sobre o empreendedorismo. Acho que vamos falar dos 20 milhões de dólares, sim, mas temos que ter alguma cautela, porque é um dossiê bastante sensível, em que está envolvido um privado, uma vez que o financiamento não é do OGE.

O que posso avançar agora é que de facto o Ministério da Juventude, Desporto e Empreendedorismo não possui esse dossiê e já solicitamos junto ao Ministério que estava sob tutela.

Outro aspecto que nos chamou atenção de facto foi a radiografia já apresentada aqui pelo Primeiro-Ministro concernente a dívidas, e o Ministério da Juventude não é diferente. Temos dívidas muito avultadas. Só para avançar que o Ministério tem uma dívida de Dbs. 16 370 756 00, concernente a despesas com investimentos afectos ao Ministério.

Relativamente aos Jogos da CPLP, que é uma preocupação maior, falou-se muitos dos jogos, falou-se muito do sucesso que foram os Jogos da CPLP. Para dizer que os jogos se realizaram em Julho, mas até hoje o Ministério não têm o relatório dos mesmos. A comissão que trabalhou na organização dos jogos ainda não apresentou o relatório, para nos apropriarmos daquilo que aconteceu, mas há muitas informações a circular. Neste momento, já temos o relatório financeiro daquilo que constitui a dívida dos jogos, relatório fornecido pelo próprio Presidente da Comissão dos jogos. O que posso avançar deste relatório é que os jogos constituem ainda, para o Governo, sobretudo para este Ministério, uma dívida de 9 108 422 00, qualquer coisa como mais de € 371 000. Há preocupação com aspectos ligados ao Ministério que, se formos analisar a dívida, de acordo com o Orçamento de 2018, constitui mais de 83% do Orçamento. E se formos um pouco para o ano de 2017 esta dívida constituía mais de 100%, ou seja, 123%. Portanto, é algo que nos preocupa, porque temos projectos a implementar e fica a questão: como é que vamos resolvê-lo, quando o Ministério tem uma dívida de quase 100% do seu orçamento?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, o meu telefone não pára de tocar, porque a situação da evacuação dos meus irmãos para o Príncipe complicou, os brasileiros dizem, sujou. Depois do acidente que se verificou ontem, a companhia, como é óbvio, sem solução para fazer a ligação dos passageiros que já estavam comprometidos, informação que tenho, está a proceder ao reembolso do valor. Como a outra companhia não tem lugar neste momento, as pessoas estão aflitas, o meu telefone não pára de tocar.

Por favor, Sr. Primeiro-Ministro, os meus irmãos estão a sofrer muito, não têm mais condições para ficarem em São Tomé. Peço por favor!

O Sr. **Presidente**: — Tal como rege o princípio do Regimento da Assembleia Nacional, neste debate, de acordo com o artigo 228.º, ponto 3, vou pedir ao Sr. Secretário para fazer a leitura.

O Sr. **Secretário**: — Sr. Presidente, com a sua permissão, passaria à leitura do ponto 3 do artigo 228.º: «Antes do encerramento do debate pelo Primeiro-Ministro, cada Grupo Parlamentar tem o direito de produzir uma declaração, por tempo não superior a cinco minutos».

O Sr. **Presidente**: — Sendo assim, vou convidar o Líder da Coligação PCD/MDFM-UDD para proceder à sua declaração.

O Sr. **Danilson Cotú** (Coligação PCD/MDFM-UDD): — Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: O Governo, embora com pouco tempo de vida, já conseguiu, no entender do nosso Grupo Parlamentar, apresentar ganhos à Nação são-tomense. Pode apresentar ganhos com a reposição dos valores democráticos, sentíamos falta. Já consegui ganhos com a decisão de repor a nossa hora, para nos ajudar a gozar de boa saúde, física e psicológica.

Consegui ganhos com a transparência, em virtude da decisão de Vossa Excelência, para que todos os membros do seu Governo, inclusive o senhor, fizessem a declaração de bens, o que não existiu no governo anterior.

Excelências, se prestarmos atenção àquilo que foi ou aquilo que é o conteúdo do relatório de contas de 2015, levanta-nos muitas preocupações, mas Vossa Excelência teve o cuidado, a mestria, de fazer no sentido de apresentar-nos os problemas, para posterior e brevemente apresentar-nos a solução.

Algo foi dito aqui por Vossa Excelência que, no entender da Coligação, traduz-se numa diferença excepcional. Enquanto o outro dizia «deixem-nos trabalhar», o senhor fez apelo para que trabalhemos juntos. Isto é um sinal de humildade que necessariamente se traduzirá em sucesso para o seu governo.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, não obstante esses ganhos e a certeza que a Coligação tem do sucesso do seu governo, entendemos que esse sucesso só será possível pelo facto de o Governo já ter em si a decisão de trabalhar. Trabalhar e trabalhar, de forma abnegada, para melhorar o quadro macroeconómico e social deste país, para que o povo volte a ter uma condição humana e social que realmente merece.

Entendemos também que o ganho que isso traduzirá estender-se-á a um aspecto fundamental que é basilar em democracia, que é o princípio de separação de poderes, o respeito a esse princípio.

No passado recente, a Assembleia Nacional julgou e condenou três juízes. Sr. Primeiro-Ministro, não deixe que o poder lhe confunda, nunca faça isso, a democracia é a nossa razão de ser, enquanto homens da política.

Do lado do meu Grupo Parlamentar, Excelências, gostaria de deixar a certeza e essa certeza é inquestionável, vamos juntos trabalhar. Estaremos aqui firmes e determinantes em trabalhar com o Governo para o bem deste povo que vem sofrendo, mas que nos últimos 4 anos viu a sua vida piorar. Por isso, estamos abertos e vamos trabalhar juntos.

Aplausos do PCD/MDFM-UDD e do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem palavra o Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Caros Colegas, Sras. e Srs. Deputados, Excelências.

Sr. Primeiro-Ministro, gostaria de, primeiro, em nome do meu Grupo Parlamentar, manifestar-lhe toda a nossa estima, pelo facto de o senhor ter a iniciativa de se prestar a esse jogo, de vir aqui ter connosco um debate democrático sobre o Estado da Nação.

Gostaríamos também de lhe exprimir um desejo, que isso constituísse uma rotina, nos termos daquilo que nos faculta o Regimento da Assembleia Nacional.

Dizer que o senhor nos deixou aqui um instrumento, fez-nos o estado da casa, mostrou-nos como é que o País está, mas agora pensamos que o nosso objectivo é olhar para frente. Claro que esse instrumento deve servir de suporte para nos permitir olhar para frente, corrigir o que está mal e relançar os melhores parâmetros para a vida de todos nós.

É certo que olhar para frente também apela a um outro aspecto que é assunção de responsabilidades, mas tanto num caso como no outro a mensagem que gostaríamos de deixar é que tenhamos sempre presente o espírito e a letra da lei.

O respeito pela lei permitirá a coesão nacional e a coesão faz-se ao nível de pequenas colectividades, como também ao nível das maiores colectividades.

Portanto, dizer que continuamos abertos, entendemos que o exercício sobre o estado do País está feito, agora na próxima semana entraremos numa outra etapa, teremos o Programa do Governo e com o Programa do Governo o seu governo mostrar-nos-á os caminhos que terá traçado para corrigir o que está

mal, para evitar que voltemos a cometer os erros que cometemos e que, finalmente, consigamos realizar as expectativas que todos nós, filhas e filhos de São Tomé e Príncipe, esperamos de uma boa governação. Quando falo de uma boa governação, tenho em conta a harmonia no conjunto das instituições públicas.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Tem palavra o Sr. Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, eis que estamos a chegar ao fim do debate sobre o Estado da Nação, solicitado pelo Governo.

Foi um exercício, no cômputo geral, bom. Poderia ter sido melhor, mas auguramos que os próximos, quer do Grupo Parlamentar que o suporta, quer da oposição, possamos ter um debate sobre assuntos de Estado e que assuntos de Estado sejam tratados com alguma elevação, não só por parte do Governo, mas também por parte das Sras. e Srs. Deputados, o que aqui não aconteceu em momento nenhum.

A nossa opinião, e nós aqui o dissemos na nossa intervenção, é para que o actual Governo que Vossa Excelência dirige possa consolidar todos os ganhos que o País alcançou, nos últimos tempos, e melhorar o que achamos de menos bom.

Manter e aprofundar as relações, os programas e compromissos internacionais, particularmente com o BM e o FMI.

Por último, dizer que a nossa democracia é viva, recomenda-se, e o facto de hoje termos um governo que é suportado por um partido que ficou em segundo lugar, mais a Coligação, que hoje está a governar quer dizer que existe democracia em São Tomé e Príncipe. Com todos os problemas, suas limitações, mas existe democracia.

Entendemos e ficamos na expectativa de ver o vosso programa e o projecto de OGE, para daí, na nossa opinião, vincarmos como uma oposição construtiva. Poderá certamente também contar connosco, naquilo que for útil para o bem-estar do povo são-tomense.

O Sr. **Presidente**: — Tem palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Antes, duas informações telegráficas, os buracos, vamos tapá-los, naturalmente de forma transitória, para a imagem do País nesta quadra festiva, e de certeza os amortecedores vão agradecer.

A segunda informação que tivemos, ainda enquanto estávamos aqui, é que a Procuradoria-geral da República e a Polícia Judiciária estão a ouvir a Direcção da EMAE e passaram inclusivamente pelo gabinete do Sr. Ministro das Obras Públicas. Devem ter levado o computador e outros documentos necessários.

Mas queria dizer-vos que o exercício que fizemos hoje foi bastante gratificante para nós, enquanto Governo. É uma aprendizagem, é o primeiro passo e todas as contribuições são válidas.

Queremos contribuir para que todas as competências de São Tomé e Príncipe sejam convocadas, que todos os actores políticos, sociais, culturais e a sociedade civil possam de facto dar as mãos, para virarmos de página.

Hoje, possivelmente, vamos tirar ilações deste debate. Há aquilo que se chama de continuidade de Estado, naturalmente todos os governos dão sempre a sua contribuição. Podemos eventualmente ter exagerado na enfatização dos problemas, mas é o primeiro passo. Que nos perdoem, possivelmente poderemos ser mais equilibrados. De qualquer forma, não foi um exercício sadomasoquista, quisemos fazer terapia, para que a partir de amanhã, através da entrega do Programa do Governo, possamos pensar em soluções.

Há uma ilação que tiramos aqui também, que é preciso evitarmos os excessos, os extremismos. Evitar, por um lado, os triunfalismos, mas também, por outro lado, evitar pinceladas de apocalipse. São Tomé e Príncipe tem solução, sim senhor.

Somos a prova da vitalidade, a nossa democracia está de pé e vai vencer de certeza. Como se diz, os homens desfilam, as instituições ficam. São Tomé e Príncipe vai sobreviver com o apoio de todos nós.

Para finalizar e porque estamos na quadra festiva do Natal e do Ano Novo, quero desejar um feliz Natal e próspero Ano Novo a todas as Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Como se diz em língua nacional e ainda lembro-me dos dizeres da minha avó, «*ano miolado cuma ixi bila bi*».

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Com a intervenção do Sr. Primeiro-Ministro, damos por findo o debate sobre o Estado da Nação.

Encerramos esta parte, peço aos Srs. Deputados que se mantenham na Sala, enquanto os membros do Governo se retiram, à excepção do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

Declaro encerrada a sessão.

Eram 17 horas e 15 minutos.